



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 58

Sessão Ordinária Junho

1.ª Reunião em 23/06/2017

Aos vinte e três dias do mês de Junho do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, António do Pranto Nogueira Leite, pela sucedânea Maria Leonor Alves dos Reis, na qualidade de Primeiro Secretário, e o Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Silvestre Paiva da Silva, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, António Luís Andias Gonçalves, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Rui Lima Baptista, Aida Isabel Pereira Tavares, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Anabela de Almeida Saraiva, João Carlos Rodrigues Morgado, Maria da Luz Nolasco Cardoso e Henrique da Rocha Vieira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Maria do Rosário Lopes Carvalho (chegou às 23:00 horas), Manuel Oliveira de Sousa, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não estiveram presentes os Vereadores, Luís Miguel Capão Filipe, João Francisco Carvalho de Sousa, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião, da Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Jorge Manuel do Nascimento e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Leonor Alves dos Reis, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Rui Lima Batista, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Fernando Tavares Marques e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião por, Silvestre Paiva da Silva, António Luís Andias e Miguel António Costa da Silva, respectivamente.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 04ABR17 a 19JUN17;

Ponto 2 – Apreciação e votação do reconhecimento do relevante interesse económico e social do Hospital Privado, processo de obras nº 267/2007;

Ponto 3 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2016 – Consolidação de Contas do Grupo Municipal;

Ponto 4 - Apreciação e Votação da autorização reforço do compromisso plurianual relativo ao Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal - Iluminação Pública (BTN-IP) do Agrupamento de Entidades Adjudicantes.

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas da sessão anterior⁰⁰³ em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 55 – Sessão Ordinária Abril – primeira reunião realizada em 07-04-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, duas abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 56 – Sessão Ordinária Abril – segunda reunião realizada em 10-04-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 57 – Sessão Ordinária Abril – terceira reunião realizada em 21-04-2017: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

De seguida, o Presidente da Mesa fez a apresentação de um Voto de Pesar⁰⁰⁴ e a realização de um Minuto de Silêncio, no seguimento da tragédia ocorrida no “incêndio de Pedrogão Grande”, com o seguinte teor:

«Voto de Pesar

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em 23 de Junho de 2017, Sessão ordinária de Junho, no seguimento da tragédia ocorrida no “incêndio de Pedrogão Grande”, no pretérito sábado dia 17 de Junho, resultante do que foi já considerado um dos piores incêndios alguma vez ocorridos em Portugal, a Assembleia municipal, presta homenagem as vítimas e aos feridos causados pelo pavoroso incêndio, bem como apresentar as mais sentidas condolências para todos os familiares, aprovando um voto de pesar e a realização minuto de silêncio em memória de todas as vítimas do incêndio de Pedrogão Grande.

Deste acto, se dará conhecimento às Assembleias Municipais de Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos.

A Mesa da Assembleia Municipal.»

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e realizado o minuto de silêncio.

Continuando o Presidente da Mesa⁰⁰⁵ comunicou que estando o município de Aveiro representado no teatro de operações com as suas duas Corporações de Bombeiros Voluntários (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Aveiro-Velhos e Bombeiros Novos de Aveiro-Associação humanitária Guilherme Gomes Fernandes), que no âmbito das suas competências na área da Proteção Civil, estão a colaborar no combate aos incêndios através da disponibilização de meios humanos e físicos, nomeadamente, através da deslocação de cinco equipas de Bombeiros nas operações de combate na frente de Góis e de dois elementos de Comando, no Posto Operacional em Pedrogão Grande. Sendo que os mesmos se encontram no local desde sábado, dia 17, e mantendo-se agora na consolidação do perímetro do incêndio, sem muitos aprovisionamentos, a trabalhar, procurando detetar pontos quentes, nalguns casos com ferramentas manuais, procurando remover toda a carga térmica para que não haja reacendimentos, necessitam os mesmos água potável, barras de cereais ou bolachas e produtos de farmácia para primeiros socorros (pomadas para queimaduras e outros).

Caso os senhores deputados sejam sensíveis, proponho ainda, para quem assim o entender, prescindir o valor da senha de presença desta Sessão (eu irei fazê-lo) para que a mesma possa reverter para ambas as corporações — de alguma forma é como podemos agradecer já que tão pouco lhes é reconhecido.

Os que se entenderem não o fazer devem-no comunicar aos serviços.

Não houve qualquer oposição dos deputados municipais presentes no plenário.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa deu início⁰⁰⁶ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e todos os presentes.

Gostaria, em nome do Partido Comunista Português, apresentar o nosso pesar de solidariedade para com todas as vítimas e os familiares das vítimas daquilo que foi o incêndio de Pedrogão, bem como a todos os que têm estado no terreno a combater esse incêndio, como em outros que se tem vindo a propagar ao longo do país — Populações, Bombeiros, Forças Armadas, Serviços e Forças de Segurança, Serviços de Saúde e Segurança, Social, e ainda outras estruturas de movimento associativo e de solidariedade.

Perante uma catástrofe de dimensões inéditas, pela proporção, pela tragédia humana e social, pela perda de vidas e pela destruição de recursos e bens. Uma catástrofe que impõe no presente uma resposta eficaz às vítimas da catástrofe e por outro lado o cabal esclarecimento das circunstâncias em que o mesmo se deu.

Consideramos ainda não descuidar todos os apoios para assistência das vítimas e sus familiares, com cuidados de saúde, na garantia de habitação, recomposição das condições de subsistência e recuperação de normalidade no quotidiano das populações atingidas.

Consideramos ainda necessário apurar as circunstâncias para o desenvolvimento daquele incêndio para que o mesmo tenha atingido as proporções que atingiu. É preciso concretizar medidas e ações concretas que, diga-se há muito estão identificadas, sobre aquilo que é necessário fazer para que não se repitam tragédias destas. É preciso forçar as medidas para que saiam do papel e verificar as diversas opções tomadas em sentido contrário àquilo que é o atual ordenamento florestal e vigilância das florestas. Analisar a degradação das estruturas públicas e da debilidade das infraestruturas estratégicas de telecomunicações, à insuficiência de meios e condições da Proteção civil, do abandono do interior, a submissão do interesse florestal por interesses económicos e ainda as consequências de anos de submissão e constrangimentos orçamentais que enfraqueceram toda uma estrutura nacional de proteção do próprio país. Não devem ser deixados para trás quaisquer destes elementos nestes aspetos. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE)⁰⁰⁸

Vogal Rui Baptista (JPA)⁰⁰⁹

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰¹⁰

Vogal Jaime Vinagre (PS)⁰¹¹

Vogal João Barbosa (PS)⁰¹²

Vogal Seíça Neves (PS)⁰¹³

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹⁴

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

“Senhor Presidente, quando recebi a convocatória para esta Assembleia pensei fazer uma intervenção que passasse pela congratulação do procedimento do défice excessivo ou qualquer coisa do género, mas os acontecimentos supervenientes impedem obviamente qualquer manifestação de congratulação seja a que título for.

E se é certo que todos nós, sem exceção, sofremos o choque desta tragédia, alguns de nós, nomeadamente eu próprio, tive a consternação de reconhecer rostos familiares, conhecidos, de pessoas que prezávamos e nutríamos sentido da estima, o que compreender-se-á reforça ainda mais, por razões simpáticas como é óbvio, o choque recebido por essa notícia.

Eu tive como é sabido a responsabilidade de coordenação política da Proteção Civil no Distrito, portanto não emitirei qualquer juízo de valor sobre o modo como as operações correram, enquanto não forem conhecidas as razões e o circunstancialismo concreto. Mas exigirei que esse circunstancialismo seja apurado.

Correspondo e saúdo o Senhor Presidente pelo repto que nos lançou a todos e que desde já indico que corresponderei. Mas queria eu próprio formular um repto dirigido não apenas aos membros desta assembleia, mas a todos os concidadãos que é a exigência de um sobressalto cívico, porque ele será necessário para que como alguém já falou aquilo que é necessário fazer daquilo que há anos está inventariado e não é feito porque pressupõe alterações do modo como nós próprios nos relacionamos com a propriedade, nomeadamente com a gestão de há muito identificado, que é o absentismo florestal. A parte de outras questões que obriga a que haja outras medidas de gestão florestal. Eu presumo e quero acreditar que a breve trecho serão dados esses passos, mas eles não serão dados se este sobressalto cívico não se verificar e se não houver uma exigência comunitária para que esse resultado venha a ser atingido.

Portanto em nome do grupo parlamentar do Partido Socialista nos associamos, como já o fizemos, a este voto de pesar esperando que ele tenha ao menos o significado de procedermos às alterações do nosso comportamento e do nosso modo de organização enquanto sociedade e no relacionamento com o meio florestal que há muito era reclamado. Muito obrigado.”

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[016](#)

“Boa noite a todos. Pessoalmente gostaria de me associar à homenagem das vítimas e também louvar a participação dos Bombeiros Voluntários. Acho que nesta fase há aqui alguns pontos que devem servir para serem ponderados e como já aqui foi dito mudar o paradigma.

Os nossos Bombeiros grande parte são voluntários e são grandes profissionais. Aqui não está em questão o profissionalismo mas a profissionalização. O nosso país merecia que estes heróis tivessem mais dignidade.

Depois também a questão dos eucaliptos acho que não devemos encarar o eucalipto como um inimigo mas como uma oportunidade para termos a nossa floresta com mais sustentabilidade até economicamente. Tem de ser enquadrado, tem de ter regras, tem de ser gerido. Não pode ser plantado sem ter algumas diretivas mais específicas para a espécie que tem características muito próprias e que se não foram cuidadas são bastantes perigosas.

Para terminar. Ultimamente falou-se muito de Proteção Civil, todos vimos na televisão aqueles senhores de boina preta, mas nos últimos anos a Proteção Civil tem sido notícia é pelas piores razões. Foi corrupção, ultimamente tem sido falta de coordenação, depois é a pessoas que estão lá não é por capacidade técnica, e isto também tem de ser mudado. Não digo para haver uma limpeza mas todos temos que ponderar e atuar dentro das nossas possibilidades para que as coisas mudem. E tudo.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

“Em nome da bancada do PSD queremos associar-nos ao Voto de Pesar apresentado pela Mesa e realçar o nosso apoio ao trabalho e dedicação de todos os Bombeiros Portugueses e outras entidades que abnegadamente tentaram e deram o seu melhor em prol das pessoas, protegendo os seus bens e as vidas humanas.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[018](#)

“Boa noite a todos. Quatro notas sobre este período de Antes da Ordem do Dia. A primeira para, obviamente, em meu nome e em nome dos colegas Vereadores nos

associarmos ao voto de pesar de quem perdeu a vida, ao voto de reconhecimento de quem combate este flagelo. Mas lembrar que é preciso mudar o discurso. Todos os anos temos histórias dramáticas. O que acontece no ano passado no Funchal, há dois anos foi o ano recorde de mortes de bombeiros em combate. Andamos nisto desde meados da década de noventa e é preciso tomar medidas. Não vou revelar o que não devo, o que não posso, mas o debate que tivemos no Conselho de Concertação Territorial na passada segunda-feira, presidido pelo Primeiro-ministro, num momento muito pesado porque estávamos em pleníssima crise desta tragédia, com o compromisso que todos assumimos não me permite comentar, mas a matéria foi levantada por mim mesmo e permite-me dizer apenas uma coisa: é preciso tomar medidas. Obviamente que os discursos são muito importantes, os gestos de solidariedade, tudo isso é muito importante e nunca nos devemos faltar. Estamos fartos é da inconsequência e disso é que estamos todos fartos porque esta é uma história de todos os anos, uns anos piores, outros menos maus, mas todos maus. A dimensão da tragédia humana deste ano leva a matéria para um campo mais dramático. Como eu disse no meu discurso de abertura do Congresso da Região de Aveiro esta tragédia, a todos e ao país, dá-nos a ordem de que alguma coisa tem que mudar na gestão da floresta. Apenas para partilhar convosco esta nota que não há Fundos Comunitários para gerir a floresta portuguesa; nem no Portugal2020, nem houve no QREN. O eixo franco-alemão que é quem manda na Política Agrícola Comum excluiu a floresta da Política Agrícola Comum porque não têm interesse na floresta. Países como Portugal têm um enorme interesse na floresta por motivos que têm a ver com o sector primário, com a exploração directa mais de produção ou mais de conservação de valores da natureza porque temos, como sabemos, uma importância muito grande a estes dois níveis. Mas a verdade é que a floresta foi banida da Política Agrícola Comum. E nas lógicas de utilização do FEDER pelo Estado-membro Portugal, quer no Portugal2020, quer no QREN, idem aspas, foi banida. Não vale a pena termos ilusões e dou apenas este exemplo que é a necessidade de haver investimento estruturante na floresta, nomeadamente numa coisa muito primária, que nós das ciências agrárias aprendemos no primeiro ano das nossas licenciaturas, que são os corta-fogos. Nunca ouvimos falar da transição de um fogo de Portugal para Espanha ou de Espanha para Portugal. Porquê? Porque na maior parte da extensão da nossa fronteira há um corta-fogo, mas um corta-fogo a sério, larguíssimo, não é como aqueles corta-fogos, temos muitos, que não cortam o fogo de coisíssima nenhuma. Só que um corta-fogo custa uma fortuna a fazer e outra fortuna a manter. E não há volta a dar-lhe. Um país como Portugal que tem que querer, que quer continuar a ter, a floresta como um bem, a todos os níveis, um bem para o sector primário produtivo, um bem para os valores naturais que preserva e um bem contributivo para um sector industrial de grande importância, têm que fazer investimentos pesados de estruturação da floresta. As regras estão todas inventadas em trabalhos técnicos de muitas décadas, não é preciso estudar mais coisíssima nenhuma, o que é preciso é fazer e ter a coragem de dizer a um conjunto de proprietários que não vão produzir porque na sua parcela há um corta-fogo, que há um fundo de compensação para a não produção da floresta como há fundos de compensação para a não produção dos pescadores ou para a não produção de certos sectores de produção agrícola. Está tudo inventado há muitos anos, não tem é havido coragem para tomar decisões e para cativar muito dinheiro dos Fundos Comunitários para fazer investimento. Onde é que tem havido investimento? Quartéis de Bombeiros e carros de combate a incêndios. Dispensáveis? Não. Absolutamente importantes e necessários. Mas o centro da gestão desta matéria não está, objectivamente, no combate. Tem que estar em medidas estruturais de acção no território, na floresta, para que uma força da natureza ou um crime que provoque um incêndio ele tenha obrigatoriamente um espaço de

contenção porque fica cercado nas típicas quadrículas de corta-fogo para que ele não possa ter uma expansão monumental, como este que vimos numa das mais vastas áreas de região do país que é o Pinhal Interior que vai do interior de Leiria até às zonas mais nascentes de Castelo Branco. Deixar apenas esta nota que esta tragédia dramática dê a ordem a todos nós portugueses, europeus, gestão de fundos comunitários, para mudar o caminho errado que se vem fazendo na gestão da nossa floresta por não investimento. Vai-se criando aqui a expectativa que não se investindo se resolvem os problemas. Por exemplo e para terminar, há dois anos que não temos inverno de mar. Tivemos os dois últimos invernos de mar muito meiguinhos. Há três anos tivemos um inverno de mar violentíssimo. Quantas obras foram feitas de protecção do litoral nestes dois anos, sem inverno de mar? Nenhuma. Estamos preparados para o próximo inverno de mar violento que chegará no próximo inverno, daqui a dois, daqui a três anos, porque chegará de certeza absoluta? Não. Confiamos que o próximo inverno seja meiguinho como foi o deste ano e o do ano passado. Não é possível nós gerirmos essas matérias desta maneira porque é preciso investimento nestas matérias tão importantes onde há riquezas múltiplas no nosso país, além, obviamente, de outras questões ligadas ao ordenamento, à dispersão populacional, etc.

Queria agradecer ao Rui Batista a nota histórica e o apoio para os meus dois próximos mandatos. Não penso no segundo, só penso no próximo mas de qualquer maneira agradeço-lhe o seu apoio que honrarei com lealdade.

Ao Jaime Vinagre queria dizer o seguinte. O problema que relatou é um problema real, objectivo e um problema inacreditável. O que a Portucel, agora Navigator, faz já o faz há muitos anos. Não há nada de novo. O que há de novo é a dupla barragem de Ribeiradio e Ermida e o facto de duas mega empresas, como são a Navigator Company e a EDP, não se concertarem uma com a outra. O que se passa cá em baixo que exige o fecho do rio para proteger a subida das águas salgadas e a quantidade necessária para alimentar a captação da água doce para o sistema de refrigeração da fábrica da pasta de papel da Navigator tem que ser concertado com o caudal que é lançado na dupla barragem de Ribeiradio/Ermida porque o caudal que é lançado lá em cima, duas horas depois, está cá em baixo. E ainda não conseguimos coordenar as duas empresas mas estamos a trabalhar no sentido de o instituir. É algo que garantidamente acontecerá com a entrada em vigor do modelo de gestão do Baixo Vouga, mas é preciso que entre antes que é para as entidades se coordenarem e, basicamente, são quatro: a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro que é quem vai gerir o sistema do Baixo Vouga que vai ser construído, a ponte-açude e o sistema primário de defesa; a Associação de Produtores Beneficiários do Baixo Vouga que são um operador muito importante; e as duas empresas privadas gestoras, por motivos diferentes, da toalha de água do Rio Vouga, mais acima a EDP e mais abaixo a Navigator Company. Isto é fundamental, temos estado a fazer diligências sem grande sucesso, nomeadamente no que respeita à EDP, mas continuaremos as nossas diligências para que este problema inacreditável que não tem um ano, estamos no segundo ano. O ano passado já tivemos este problema, quem é que se iria lembrar de inundações em Taboeira em Julho e Agosto? Isto não tem sentido. Mas tem dois anos, este ano e o ano passado. Porquê? Porque a Portucel fecha o rio? Não. Porque a Portucel fecha o rio há quarenta anos. Porque além da Portucel fechar o rio há uma operação nova de gestão do caudal do Rio Vouga na dupla barragem de Ribeiradio/Ermida. Portanto, é isto que está em causa. Aquilo que o Jaime Vinagre disse é absolutamente pertinente, estamos atentos, mas não se montou um modelo legal para obrigar estas duas empresas, que são muito importantes para o país, como é lógico, a estarem à mesma mesa a coordenarem estes dois movimentos que são muito importantes para a sua operação e para a nossa economia e para a nossa vida

mas que têm que ser coordenados para que não causem prejuízo a outros cidadãos, a outras operações económicas que, obviamente, também têm que ser respeitadas. É esse exercício de equilíbrio que se tem que conseguir. Mas só pela boa vontade eu duvido que nós consigamos. Vai ter que haver aqui um mecanismo imperativo, em termos legais, para obrigar nomeadamente esses dois agentes a serem parte da solução.

João Barbosa, só falo nisto neste ponto, dada a sensibilidade da matéria porque se não deixaria para o próximo como vou deixar algumas das outras questões que aqui foram faladas, nomeadamente a Dra. Ana Seíça Neves. Nós devemos estar tranquilos com a nossa condição. Os nossos prédios, os mais altos, se estão vivos e ativos cumprem a lei e os seus donos têm que cuidar deles, não é a Câmara, nem ninguém que tem que cuidar dos prédios. Quem tem que cuidar dos prédios privados são os seus donos que têm que garantir as condições legais a todos os níveis de estabilidade, da segurança contra incêndios, etc. Já falámos aqui disso por causa das construções velhas, isso é outra questão, a Câmara tem que estar atenta e cumprir o seu papel mas antes disso há um papel, obrigatório por lei, que tem que ser desempenhado pelos proprietários.

Quanto à capacidade dos nossos bombeiros, deixar claro que as nossas duas corporações de bombeiros estão devidamente capacitadas em termos de recursos de equipamentos e dos recursos humanos para acorrer a todas as circunstâncias potenciais que poderão surgir no nosso território.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Paulo Alexandre Florentino Marques)

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 04ABR17 a 19JUN17.

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra⁰¹⁹ ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁰

“Duas ou três notas sobre esta fase da nossa vida e sobre algumas outras matérias que estão relatadas na informação sobre a actividade municipal.

Em primeira instância dar nota daquilo que é, está a ser, a entrada em operação do nosso Plano de Ajustamento Municipal. O dia dezanove de abril como um dia muito importante após termos recebido o Visto do Tribunal de Contas, após termos recebido a primeira tranche do empréstimo, das seis tranches que vamos receber em cada um dos trimestres e que nos vão levar até ao segundo trimestre de dois mil e dezoito. Há também a deliberação de Câmara, do tal dia dezanove de abril, em que aprovámos o Mapa de Fundos Disponíveis que nos transporta para uma nova condição de cumpridores da lei dos compromissos e gestores de uma Câmara Municipal que passou a ter Fundos Disponíveis positivos, o que quer dizer que também nos libertou do espartilho legal em que estávamos metidos respeitante à circunstância limitadora de um conjunto de tipologias de despesa, nomeadamente os serviços públicos essenciais, e com a passagem para uma situação e cumprimento da Lei dos Compromissos passámos a ter a tal plena autonomia de, obviamente com todo o rigor, com toda a contenção, com a referenciação do Programa de Ajustamento Municipal que agora estamos a executar em pleno, podermos decidir em liberdade o que é que fazemos com os nossos recursos financeiros e técnicos em qualquer tipologia de despesa. Esse é um momento muito importante, assinámos os acordos, negociámos os acordos, e estamos neste momento, aliás, hoje de

manhã uma das nossas reuniões foi exactamente com a direcção do Fundo para fecharmos a análise do nosso primeiro relatório que aprovado como será formalmente, já sabemos substancialmente que ele está aprovado, traduzir-se-á essa aprovação na transferência da segunda tranche, respeitante ao segundo trimestre, que nos permitirá prosseguir com o cumprimento das nossas obrigações com os nossos credores, em relação aos quais temos já os contractos formalizados para cumprirmos, de acordo com os planos de pagamento que estão no próprio PAM as nossas obrigações com esses nossos credores. Esta fase tem essa importante marca para que deixemos essa frente e tenhamos uma Câmara a funcionar em plena normalidade e é nessa área de trabalho que já estamos a viver e a percorrer. Na nossa Ordem de Trabalhos falaremos um pouco disto, seguramente, pelo menos da nossa parte, não será muito porque já falámos das contas de dois mil e dezasseis, mas a Conta Consolidada de dois mil e dezasseis é a última Conta de uma câmara municipal sem Programa de Ajustamento porque, obviamente, na de dois mil e dezasseis já se refletirá de forma muito vincada todas essas medidas que estão agora em plena materialização.

Em segundo lugar, dar conta de um conjunto, a exposição em vários dos seus aspectos referencia isso, de obras em curso, concursos e projectos em desenvolvimento, a vários níveis. Estamos, de facto, nós, Câmara de Aveiro, nós, câmaras do país, a arrancar, finalmente, para a execução dos Fundos Comunitários. Lembrar só o número do primeiro quadrimestre deste ano onde as câmaras municipais do país aumentaram em quarenta e dois por cento o investimento face ao mesmo período de tempo do ano passado. Porquê? Porque estamos finalmente a executar os Fundos Comunitários que estão ao dispor porque há um ano ainda não estavam ainda ao dispor, estavam formalmente mas ainda não havia condição de acesso financeiro. Estamos nessa fase e, por isso, no PEDUCA, nas Escolas João Afonso, S. Bernardo e Jaime Magalhães Lima, nas Unidades de Saúde Familiar, no fundo tudo aquilo que contratámos seja no PACTO - Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro, seja no PEDUCA, seja noutras operações, mas estas duas são as principais, como temos consciência, estando em desenvolvimento de todo um vasto conjunto de operações, sabendo que algumas destas estão também em Visto do Tribunal de Contas; temos, neste momento, quatro processos em Visto do Tribunal de Contas, um deles que sempre nos preocupou muito que foi o único que desenvolvemos como concurso público urgente porque cumpre os dois preceitos da lei para podermos usar os mecanismos da urgência. Relembro que a obra em causa é a construção da nova Ponte de S. João e os dois motivos da urgência são, em primeiro lugar, a coisa física que exige uma acção de urgência em tirar a ponte velha e construir uma ponte nova por força do risco que vivemos todos com a ponte que temos e, em segundo lugar, o facto desta obra ser financiada por Fundos Comunitários no caso do PEDUCA. Por isso usámos a figura jurídica do concurso público urgente. Chegou na terça ou na quarta-feira o ofício do Tribunal de Contas com um conjunto de perguntas basicamente simples e estaremos na próxima segunda-feira a resposta às perguntas que o Tribunal suscitou, não só da Ponte de S. João mas também das outras três obras, para podermos receber o Visto de cada uma delas e, acto imediato, arrancar com essas obras. Estamos também preocupados com o arranque das obras das duas escolas que vão ser requalificadas, os edifícios da Jaime Magalhães Lima e da João Afonso de Aveiro, porque precisávamos muito que as obras arrancassem agora, nestes dias, em que estamos para tirar o máximo proveito da paragem lectiva. No entanto, ainda há problemas inacreditáveis, nomeadamente a circunstância de termos os dois contractos com o Ministério da Educação, que comparticipa em sete vírgula cinco por cento essas obras, desde o passado mês de fevereiro na mesa do Secretário de Estado do Orçamento sem despacho e sem esse despacho dificilmente conseguiremos ter o Visto do

Tribunal de Contas. Esta é uma frente importante que estamos a desenvolver e prosseguiremos esse trabalho com grande intensidade, além de outras operações como aquelas que estão, neste momento, em curso. Falámos muito nisto na nossa Assembleia Municipal no Bairro de Santiago que é um dos três bairros sociais que vai ser intervencionado com grandes investimentos no âmbito do PEDUCA. Está já em curso a obra da qualificação dos cinquenta e cinco fogos da Câmara que depois serão entregues, por concurso público, a cinquenta e cinco famílias, está já em curso essa obra depois de dois falhanços, lembro que tivemos dois concursos que ficaram em branco, sem candidatos. Está já em execução física, facilmente ao olhar de todos os que lá passaram, o Parque do Bairro de Santiago, uns chamam parque outros chamam jardim, está já em execução e que marcará a integração do Parque de Santiago no Parque da Cidade; fazemos também aí a integração urbana desse nosso território. Está já na fase final de projecto, de execução do projecto, da reabilitação dos chamados espaços comuns dos doze primeiros blocos habitacionais do Bairro, o que quer dizer que, acto imediato ao fim dos projectos, estaremos a abrir concurso para a obra de reabilitação desses prédios e estamos a falar de um investimento de cerca de dois milhões de euros. Felizmente temos um excelente projectista com muita experiência em reabilitação em edifícios desta natureza. Estamos também a fazer projecto ou melhor a adjudicar projecto para mais cerca de dez blocos no Bairro de Santiago porque nos estamos a aprontar para irmos a jogo no concurso da eficiência energética para bairros sociais que fecha já no final do mês de agosto sabendo que temos boa probabilidade de termos, por esse outro filão que não é o filão PEDUCA, a oportunidade de financiar mais cerca de um vírgula cinco milhões de euros de obra que, na prática, cumpre os mesmíssimos objectivos: qualificação energética; qualificação de colunas montantes para resolvermos os problemas delicados na estrutura de abastecimento de água aos fogos dos nossos edifícios e, obviamente, quando falamos da qualificação energética tem a ver com qualificação dos telhados, das fachadas e das caixilharias, o que também quer dizer qualidade dos fogos e dos espaços comuns destes prédios, além da eficiência energética onde há ganhos de conforto em todos.

Dar-vos conta deste momento que vai crescer, vai continuar a crescer, de execução de projectos, lançamento de concursos e adjudicações de arranque de obras neste quadro de levarmos ao terreno os cerca de quarente milhões de euros de Fundos Comunitários que já contratámos e que são para ir para o terreno mas há todo esse trabalho que está em franco desenvolvimento.

Estas eram as notas que eu realçava da Informação estando ao dispor para todas as questões que entendam por bem tratar neste ponto da nossa ordem de trabalhos.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes.

O PCP tem diversas questões que irá colocar neste ponto sobre o dia-a-dia do município de Aveiro — preocupações da população e dos trabalhadores. Antes de mais começaria por dizer que o Senhor Presidente de Câmara mantém nas suas Comunicações um estilo que nos parece bem-disposto e com demasiada bonomia, naquilo que é a realidade municipal. De facto, lendo o documento, ficamos com impressão que este é um município aparte de problemas. E a realidade que o PCP aqui trará não se coaduna com esta descrição.

Senhor Presidente de Câmara são cinco as questões que o PCP tem para lhe colocar.

A primeira prende-se com o concurso do pessoal para o estacionamento que devia ter sido aberto até Maio e a nossa questão é: quando é que este concurso é finalmente aberto? E em que condições ficarão os trabalhadores que fiscalizam o estacionamento? A segunda questão que colocamos (e esta é interessante) é quais são as condições dos terrenos da nova área abrangida pela nova fábrica da Navigator e dos acessos em Cacia. E quais e em que condições são estes depois cedidos à Navigator? Esta é uma questão que nos importa, e nós da nossa parte sobre esta fábrica e a sua instalação já muito se disse em assembleia passadas, não vale a pena repetirmos, mas nós acrescentamos uma preocupação do presente. Que é a necessidade de criar uma zona tampão entre aquilo que é o edifício da fábrica e aquilo que é as habitações, por forma a tentar minorar ao máximo os impactes daquela infraestrutura, daquela unidade de produção.

Outra questão que o PCP gostaria de colocar prende-se com o Conservatório de Música de Aveiro. A realidade por demais conhecida é a degradação do Conservatório!?! Numa visita ao edifício conhecemos os seus problemas de infiltrações, dos soalhos e das canalizações, bem como os riscos de incêndio devido ao atual estado de degradação daquilo que é a sua instalação eléctrica.

Há zonas no próprio Conservatório onde a corrente eléctrica já não chega pelo risco que comporta.

Sabemos que o edificado é da Câmara Municipal de Aveiro, eventualmente poderá haver responsabilidades a partilhar com o Ministério da Educação, mas está é uma realidade perigosa, dura, em que a resposta já há muito deveria ter sido dada – e enquanto eleitos neste órgão não podemos de trazer aqui o problema e exigir explicações, porque de facto é uma situação inoportuna e já antiga.

Em relação ao que é a Transdev e naquilo que é a circulação dos autocarros no município de Aveiro, já o PCP disse e escreveu e repetiu aqui muito, mas dizer mais uma vez que a realidade não se coaduna com as descrições que são feitas.

Não há notícia nem investimento daquilo que é a manutenção e renovação da frota, como aqui foi afirmado. E se a manutenção e renovação da frota já são por si assuntos de grande relevância, de maior relevância é quando nos chegam notícias dos próprios trabalhadores da empresa de que há jornadas de trabalho de 12 horas e jornadas contínuas que vão até às 14 horas. Ou seja o período não é ininterrupto, mas a jornada de trabalho vai até às 14 horas.

Esta situação além de o que acarreta para a vida familiar e pessoal dos trabalhadores indiretamente coloca e periga a segurança rodoviária e dos passageiros e utentes daquele serviço público concessionado. Nós da nossa parte não podemos calar e devemos exigir do Senhor Presidente da Câmara que tome medidas junto do grupo Transdev a quem o senhor entregou os serviços.

Outras das situações que o PCP não deixa de trazer aqui prende-se com a degradação do edifício Frenado Távora e das coletividades que lá se encontram.

Na realidade o PCP também foi visitar o local e soubemos da degradação física do edifício que de facto coloca em causa a segurança dos que lá estão e do ponto de vista de valorização humana com o espaço nem sequer é muito aconselhável. Chegou-nos notícias de coletividades que não recebem os apoios camarários há mais de 6 anos, a falta de respostas a diversas solicitações, a falta de apoio ao programa de associativismo desde o dia 12 de Maio. Portanto para quando será iniciada uma obra que está anunciada e vem sendo anunciadas, quando é que arrancarão as obras anunciadas para aquele edifício. E note-se. As associações que lá estão souberam dessas obras pela comunicação social. Onde ficarão essas coletividades durante as obras, que garantias para uma nova localização e para o seu trabalho. É importante pelo respeito que

merecem estas associações por levarem o símbolo e a bandeira de Aveiro bem longe, que merecem a nossa estima e nosso apoio e não estarem numa situação de indefinição que não lhes permite de facto a execução dos seus objetivos.

Terminava com uma situação que no nosso entender também não é aceitável. A realização do festival de dança em Aveiro, que é um evento que traz vida ao município, visitantes, e com grande interesse para Aveiro, exigiram no Teatro Aveirense um valor de 2.200 euros!? Para coletividades que vivem com muitas dificuldades não é no nosso entender um bom entendimento entre a Câmara e quem toma estas iniciativas. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE)⁰²²

Vogal Rui Baptista (JPA)⁰²³

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰²⁴

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²⁵

Vogal João Barbosa (PS)⁰²⁶

Vogal Francisco Picado (PS)⁰²⁷

Vogal Seiça Neves (PS)⁰²⁸

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

“Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente à comunicação do Senhor Presidente eu destacar relativamente ao Museu e ao tom laudatório que o Senhor Presidente imprime à sua narrativa, que tem o risco de se equivocar, nomeadamente do meu querido amigo Jorge Greno, que da leitura resultou apreciações que não tem sustentáculo. Porque o Senhor Presidente alicerça aquilo que qualifica como uma “estratégia bem delineada da política museológica municipal” o crescimento de 23,6% dos visitantes do Museu de Aveiro face a 2015. Ora um aumento destes é de facto impressionante só que ele tem de ser comparado em termos reais e efetivos. E eu sou o primeiro a não comparar os Museus de Lisboa e Porto e reconhecer que as nossas cidades de dotadas de aeroporto tiveram crescimento exponencial no que diz respeito a museus. Para termos uma ideia dos valores percentuais, fazem com que o Museu dos Coches tenha uma variação de 250%, o Soares dos Reis mais 80% e portanto não vale a pena sequer comparar. Mas há Museus com os quais nos temos que comparar, em cidades com as quais saudavelmente competimos, e estou-me a referir às capitais de distrito da região centro. E quando o Senhor Presidente se ufana com 23,6% em Aveiro, eu quero recordar que está a comparar com 43,5% do Museu Machado Castro em Coimbra e com idêntica grandeza no Grau Vasco em Viseu – que superou como sabem em 2016 os 114.500 visitantes.

E portanto a variação percentual (já não falo em termos absolutos porque eles sempre tiveram mais visitantes do que nós), mas a questão é: qual foi a variação percentual que cada Museu teve em 2016?

E a verdade indesmentível é que o nosso aumento se quedou grosso modo em metade do aumento destes dois Museus. E portanto o Senhor Presidente quando invoca uma estratégia bem delineada, a única conclusão que nós podemos tirar é perguntar. “a política museológica dessas cidades (Viseu e Coimbra) foi melhor que a nossa. Porquê? Aveiro tem potencial para crescer mais que Aveiro e Coimbra. No mínimo deveria crescer o mesmo que Viseu e Coimbra. Na realidade cresceu metade de Viseu e Coimbra. Eu tenho uma explicação. Eu acho que foi um erro não ter promovido o estatuto de Museu Nacional a Aveiro. Porque em qualquer país (todos nós somos turistas) pega nos seus guias e vai atrás dos Museus Nacionais – essa é a minha explicação. Mas o Senhor Presidente como entende que este é o resultado de uma estratégia bem delineada eu

queria perguntar que explicação dá para que o Museu de Aveiro tenha crescido sensivelmente metade dos Museus de Viseu e de Coimbra. Era essa a questão que eu colocava. Muito obrigado.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

“Antes de mais associar-me ao voto de pesar para com a vítimas do passado fim-de-semana e dizer que também eu estou disponível para contribuir. Depois deixar aqui umas notas sobre a atividade municipal. Penso que todos temos a noção de que todos temos um período bastante rico. De facto o dia 19 de abril mudou seguramente a forma de estar desta Câmara por razões que são conhecidas de todos nós. Mudou também a forma de estar das nossas juntas de freguesia porque de facto, apesar de nunca o termos deixado de o fazer, tal como a Câmara, de trabalhar em prol das pessoas e dos cidadãos, mas permite-nos agora fazê-lo (e permitam-me dizê-lo assim) de forma mais “desafogada” e com menos angústia. Foram três anos angustiantes do meu ponto de vista, vividos por todos nós.

Deixar ainda aqui algumas notas muito positivas também à pessoa do Senhor Presidente, referente à persistência e à forma como abraçou, quando algumas vezes auguravam o pior. Foi pena ser no dia 19 de Abril de 2017, poderia ter sido antes, mas pronto foi o que foi e nós estamos cá para trabalhar.

De facto Aveiro e o concelho todo está a renascer diria eu. Está a mudar de dia para dia. Aveiro está na moda. Antigamente não havia turistas em Aveiro agora pelo que me parece, para algumas pessoas já há turistas a mais. Mas é a vida. Quase todos os fins de semana chegamos a Aveiro e encontramos as ruas cheias, gente por todo lado. Faz bem à alma vir até à cidade e ver o movimento que se instalou na cidade. Portanto deixar aqui também esta nota muito positiva desta viragem que de facto a cidade está a ter.

Depois deixar aqui uma nota muito positiva em relação àquilo que está a ser a intervenção e a requalificação no domínio público. Faço referência às obras que estão a aparecer, às obras que estavam na calha e que não podiam ser aparecer por razões que o dia 19 de abril mudou. Mas de facto percebe-se que estava a haver trabalho para que logo que possível elas pudessem aparecer.

Deixar ainda esta nota, nomeadamente em Esgueira, que é a freguesia a que presido, a nota muito positiva do lançamento do concurso das obras da quinta do cruzeiro e da rua Luís de Camões. A quinta do cruzeiro é um passivo antiquíssimo da freguesia. É um passivo em que se vivem situações dramáticas, nomeadamente no inverno. Temos ali bastantes moradores naquela zona, que ali optaram, porque tiveram acesso a um projecto que de facto ali nunca se concretizou. Estou a falar de quase vinte anos. E de facto a junta de freguesia e os cidadãos estão bastante contentes com este lançamento do concurso. Ainda hoje encontrava um cidadão que me questionava “mas quando é que começam a obra”?

Depois a rua Luis de Camões de faco aquele estacionamento naquela zona é um granel autêntico. Há alguma falta de cidadania por parte de algumas pessoas que estacionam sem qualquer cuidado e tudo fica muito mais baralhado. Mas de facto deixar aqui esta nota de bastante regozijo de vermos que aos poucos estamos a tentar mudar o concelho, a cidade e as freguesias – e isso é muito importante.

Depois em relação à rotunda da Junqueira vemos a olhos visto que foi uma opção muito positiva. Falou-se muito se ficaria bem se não focaria, mas todas já temos a percepção de que vamos ter ali uma mudança significativa para melhor. Deixar então aqui esta nota muito positiva que de facto as coisas vão-se fazendo e que houve desde o princípio deste

mandato a preocupação de poder programar para poder chegar ao momento da execução e sairmos da calha e pormos as coisas a andar. Muito obrigado.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Saudar a Mesa e também o Senhor Presidente da Câmara. Primeiro queria relevar os investimentos que a freguesia está a fazer na freguesia de Cacia a nível da rede viária que são urgentíssima necessidade face ao passivo de mais vinte anos que Cacia tem de obras que não tem sido intervencionadas, mas também muitas outras que precisam de ser intervencionadas no sentido de recuperar a qualidade de vida das pessoas.

Queria também ainda falando sobre a rotunda da junqueira e que embora não estando pronta já produz bons resultados, perguntar como foi possível de até hoje ninguém se ter lembrado de fazer aquela rotunda. Portanto Senhor Presidente está de parabéns s pela opção e que esperemos que tenha continuidade na N109 de modo a que se obtenha os resultados que o seu plano prevê no médio e longo prazo.

Queria também realçar a possibilidade que nos foi dada pela Câmara de recuperação e também construção de parques infantis e de fitness.

É importante como já disse continuar a melhorar a rede viária, Senhor Presidente. Sei que há alguns concursos, penso que é uma ação que se deve manter para que a rede viária do concelho deixe de ser motivo de riso para muitos dos nossos concelhos vizinhos.

Queria também enaltecer aqui o interesse que o Senhor Presidente da Câmara e também Presidente da Cira, tem para com a obra do dique de defesa de água salgada no Rio Novo do Príncipe. É uma obra fundamental como toda a gente sabe, entronca numa intervenção que o Eng. Vinagre já aqui teve e esta sim vai resolver a seis ou sete quilómetros de distância da atual captação da Portucel a regularização do rio. Porque eu posso dizer-vos porque assisti (e eu ando no Vouga há quase 70 anos), assisti nas últimas marés de luas cheias a autênticas cheias. Basta passar por debaixo da ponte da CP para verificar que ela praticamente atingi-o a passagem superior da ponte. Portanto este processo vai resolver todos os outros. Poderá haver aqui também alguma gestão negativa da gestão a montante, mas o nosso problema gravíssimo que temos é a defesa da água salgada não só da atividade industrial, mas sobretudo da preservação daquela riqueza de biodiversidade que é o Baixo Vouga Lagunar.

Portanto é uma obra fundamental. Uma obra que alguns prometeram e não conseguiram. Hoje vemos uma luz ao fundo do túnel que nos pode dizer que finalmente vamos recuperar a destruição que alguns governos fizeram ao Baixo Vouga Lagunar e por consequência à Ria de Aveiro.

E aqui queria manifestar a minha indignação pelo que li num jornal de uma afirmação da Senhora Ministra do Mar aqui em Aveiro, ao dizer que as exigências das gentes da Ria de Aveiro, de ter um órgão próprio para a gestão da Ria, era uma questão de campanha eleitoral!? Desculpem lá – nós andamos há mais de vinte anos ainda antes do Dr. Alberto Souto (ele foi um arauto é verdade, enquanto presidente da AMRIA) mas agora uma senhora dizer aqui em Aveiro que isso é uma “patetice das gentes de Aveiro”. Como é possível, pessoas que estão no governo, sendo de Aveiro, se calaram!? Ninguém foi capaz de dizer “não tem razão”. Mas eu digo “a Senhora não tem razão”. Porque a questão que ainda agora aqui foi posta, se esse órgão aqui estivesse constituído em Aveiro, talvez fizéssemos uma melhor gestão dentro dos condicionalismos. Assim temos Coimbra que manda, temos eventualmente Lisboa, que nem sequer conhecem a Ria.

Portanto tenho de mostrar aqui a minha indignação sobre isso.

Dava aqui ainda um lampejo sobre os fogos florestais. Eu estive a assistir infelizmente ao que aconteceu. E chocou-me imenso de perceber que os fogos se disseminaram por uma coisa que se deixou de fazer neste país “pastorícia”. Vimos a arder “erva” em muitos casos que era que fazia o transporte do fogo por zonas de erva seca. Meus amigos, quem tem poder ou está no poder, digam lá aos senhores que os pastores voltam a ser necessários. Que as cabras voltam a ser necessárias. E que são um combate de muito pouco dinheiro e até com algum lucro. Obrigado”.

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰³²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

“Para nós, bancada do PSD, o facto mais relevante deste período é a aprovação do PAM que permitiu à Câmara Municipal de Aveiro regularizar a sua dívida, a sua imagem, e o seu crédito.

Permitiu também a regularização de algumas contas que permitiram reverter para o município alguns terrenos do Plano de Pormenor do Centro e do antigo Estádio, que estando na posse da Câmara permitem a esta dar uma nova vida ao Plano de Pormenor do Centro e dar continuidade à expansão do Hospital Infante D. Pedro.

Relembro aqui o protocolo da CMA e o Beira-Mar com a sua aprovação em reunião de Câmara, mesmo com o voto contra do Partido Socialista, possibilitou a assinatura de um memorando “Mais Conhecimento Melhor Saúde em Aveiro”, assinado entre a Câmara, a Universidade, o Centro Hospital do Baixo Vouga, a ARSCentro e a Universidade Nova. Esperando agora a concretização dos projetos no âmbito do Portugal 2020 para se expandir o edificado e qualificação do nosso Hospital tornando-o como referência da Região de Aveiro.

Sobre o Museu de Aveiro, Teatro Aveirense, Cultura e Turismo, para nós o ano de 2016 representou o primeiro ano de gestão municipal do nosso Museu. E pasme-se melhorou! Deveria ter melhorado mais, devia. Mas lá iremos melhorando ano a ano. A gestão municipal deste Museu pelo número de visitantes e exposições próprias contratualizadas aumentaram. Mais exposições, mais produção, mais visitantes. Esta aposta, aposta deste executivo, teve claramente repercussões no turismo Aveirense. A aposta no Teatro aveirense com o novo Director que também alocou ao Teatro Aveirense mais espetáculos, mais produção e mais visitantes e mais espectadores. Nesta bancada queremos crer que a forte aposta no Teatro Aveirense e a aposta clara deste executivo na gestão do Museu de Aveiro trouxe a Aveiro uma melhor oferta cultural e turística, que se reflete na escolha de Aveiro por parte de quem nos visita, que segundo os números publicados são cada vez mais. Sendo Aveiro o concelho que mais cresceu no Turismo Centro.

Sobre a fábrica de Cacia Navigator, queria aqui acentuar e realçar não só o arranque dos acessos mas a construção da própria fábrica. E num outro âmbito também registar aqui em relação aos jardins infantil, agora denominados jardim infantil e geriátrico e de fitness, vários em todo o concelho. Equipamentos inaugurados em Esgueira, Taboeira, Oliveirinha, Glória, Santa Joana e Nariz.

Realçar também a aposta na área a Saúde com o lançamento do projeto para execução de obra das USF de Oliveirinha, São Jacinto e Aradas.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

“Gostava, obviamente, de seguir a ordem e responder à maior parte das questões, dando conta de que tomarei boa nota daquelas às quais não responda, para cuidarmos delas o

melhor possível, seja nas chamadas de atenção para aquilo que não está bem trabalhando para que se corrija, seja estimularmo-nos com aquilo que está bem e que nos induz a multiplicar os bons exemplos que já são bastantes e que vamos tendo pelo nosso município.

Filipe Guerra, estamos a ultimar o concurso de pessoal na MoveAveiro. Não há problemas com os prazos, estamos dentro dos prazos tranquilamente. Os mecanismos de prorrogação são legais e numa das próximas reuniões de Câmara, eventualmente já na próxima ou na seguinte, estaremos a lançar o procedimento. A nossa relação com os trabalhadores é próxima; a gestão tem sido tranquila e equilibrada; há delicadezas complexas em termos jurídicos; tivemos um sobressalto complexo na nossa gestão jurídica por força da saúde e da gravidez da nossa chefe; mas está tudo a ser ultimado para numa próxima reunião de câmara ser lançado o procedimento e tudo feito em proximidade com os funcionários que estão envolvidos nesse processo.

Quanto à expropriação de terrenos dar-lhe conta que não houve, não há e não vai haver nenhuma expropriação de terrenos na operação da nova fábrica da Navigator Company, a variante nova de Cacia. Não há, não houve e não vai haver. Existiram operações de aquisição de terrenos, umas feitas pela Câmara basicamente onde vai assentar a Variante, outras feitas pela Navigator onde vai assentar a nova fábrica. Restam algumas permutas em que estamos a ultimar os processos, de pequenas faixas da Câmara mas que são faixas sobrantes e que vamos entregar à Portucel, pequenas faixas da Portucel que vão ser entregues à Câmara. Há aqui um deve-haver que acabará com uma conta em que alguém pagará a alguém consoante o sinal desse deve-haver; se formos nós que, entretanto, entregarmos mais propriedade, mais área, a empresa tem que nos pagar esse a mais, se for ao contrário será também a tramitação financeira. Está, a esse nível, tudo feito com absoluta normalidade, como não podia deixar de ser, misturando aqui também toda a operação de qualificação da rua dos Bombeiros da Celulose e da nossa vedação dessa zona da fábrica. Se já lá passaram puderam ver que a nova vedação está construída, ainda não toda, falta uma pequena parte, e dessa construção há uma nova área que vem a domínio público e que vai agora também ser qualificada em ligação com a nossa empreitada; é uma outra obra. Portanto, deixar isto de forma clara.

Aquilo a que o Filipe Guerra chamou de zona tampão está definido no plano de pormenor e vai ser executado, em parte, na obra da variante e noutra parte na obra da nova fábrica. O Plano de Pormenor regulamentou isso e é isso que vai ser construído nestas duas operações que já estão em franca execução.

Quanto ao Conservatório a questão é velha, é uma responsabilidade do Ministério da Educação, já cá vieram vários ministros prometer a obra, já esteve inscrita na famosíssima operação da chamada quarta fase da ParqueEscolar, mas tudo isto não passou de retórica e de promessas. Esperemos que o atual Governo que ainda não fez nenhuma promessa sobre esta matéria crie condições no quadro possível que é o quadro dos Fundos Comunitários. Espero eu que na reprogramação do Portugal2020 e que não seja preciso esperar pelo próximo quadro pós Portugal2020 para que nós possamos arranjar condição, nós e em primeiro lugar o utilizador do edifício, independentemente de quem seja o dono, para se qualificar um edifício que há muito tempo precisa de qualificação, como toda a gente sabe. Julgo que o PCP com as novas responsabilidades de governação que tem no país pode e deve dar uma ajuda.

Quanto aos autocarros há aí uma qualquer baralhação porque, Filipe Guerra, não há, neste momento, nenhum motivo para ser necessário fazer renovação da frota ou usando a sua expressão «não há renovação ou manutenção na frota». É absolutamente falso, há manutenção da frota, não há renovação porque não é preciso haver renovação. Era o que mais faltava, queria dizer que tinham sido cometidas ilegalidades se seis meses

depois de activar a concessão fosse preciso fazer renovação de frota. Há aí um equívoco qualquer a esse nível.

Quanto à jornada de trabalho dizer-vos que a Câmara está atenta embora, em Portugal, quem trata dessas matérias é uma entidade chamada ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho). A nossa empresa e o grupo Transdev cumprem a contratação coletiva na área dos transportes. Podemos achar errado que o intervalo de trabalho seja de doze horas, que as pessoas tenham de estar disponíveis doze horas, com um período de trabalho de quatro horas em regra no início do dia, um segundo período de quatro horas em regra no fim do dia, e a meio um período de não trabalho até quatro horas mas que exige disponibilidade. Discordamos disto? É discutível, obviamente, mas é assim que é a lei do país; não é a lei da Transdev, nem a lei do Município de Aveiro. E a empresa cumpre a lei. Quem acha que a lei está errada, o PCP tem aí um trabalho a fazer, é colocar os sindicatos a negociar com o Governo para alterar o quadro legislativo que está em vigor. Aquilo que a Câmara tem feito de acompanhamento ao dia, permanentemente, desta operação diz-nos isto com clareza: a nossa empresa cumpre o quadro legal que está em vigor. Uma outra coisa é podermos discordar do quadro legal, mas essa é uma outra questão que incumbe a outro tipo de responsabilidades.

Quanto ao edifício Fernando Távora, Filipe Guerra, compreenderá que a chamada de atenção do PCP vem tarde. Como agora há eleições o PCP descobriu o Município, como a malta em Bruxelas “está-se” bem vieram para aqui descobrir o Município. Então, descobriram há dias que o edifício Fernando Távora precisava de obras. Nós já descobrimos que o Távora precisava de obras quando cá chegámos e, por isso, criámos condições para arranjar dinheiro; arranjámos PEDUCA; lançámos imediatamente negociação com a pessoa com quem estávamos obrigados, por lei, a contractar projecto que é o filho do Arquitecto Fernando Távora, o Arquitecto Bernardo Távora; fechámos o acordo e pusemos o Arquitecto Bernardo a desenvolver trabalho; está, neste momento, o projecto em fase final de execução e o que é que vamos fazer a seguir? Lançar concurso. É uma obra grande, é um concurso público, bem superior a trezentos e cinquenta mil euros, terá todo um procedimento que acabará com o Visto do Tribunal de Contas. Portanto, não há problema nenhum com associação nenhuma, nós estamos atentos, a conversar com calma. Não é a excitação comunista por causa de uma eleição que perturba esta operação eu está a ser feita com calma e com rigor. O edifício Fernando Távora está numa situação delicada mas não está para cair. O que aconteceu lá, numa certa zona, onde caiu um pedaço de tecto é porque havia uma actividade regular de dança naquela zona que não podia acontecer por questões estruturais. Podia-se lá estar em cima mas não se podia dançar porque o edifício estruturalmente não está competente. Mas não é essa circunstância que determina que o edifício está para cair. Não. Fizemos um relatório com a Universidade de Aveiro, temos um relatório do nosso projectista, portanto estamos tranquilos. Agora, este trabalho estamos a fazê-lo e começámos a fazê-lo há três anos e meio. O PCP anda muito distraído embora eu perceba que em Bruxelas “está-se” bem mas nós conhecemos bem o dossier.

Em relação ao Programa Municipal de Apoio às Associações, como sabeis, foi a deliberação de Câmara esta semana, no passado dia vinte de junho, depois de um longo processo de tramitação, de difícil análise, porque não temos histórico; a nossa Câmara não sabe o que é, há muito tempo, apoiar Associações; as nossas Associações não sabem o que é receber apoios da Câmara há muito tempo. Deu muito trabalho, são cento e quarenta candidaturas mas está pronto, aprovámos e estamos agora a tratar dos pormenores dos actos formais para pagarmos cerca de oitocentos mil euros que vão ser pagos na totalidade de uma assentada no próximo mês de julho, cumprindo assim, com honra, o apoio às nossas Associações que deixaram de ser apoiadas para já não falar de

uma célebre câmara que anulou subsídios a associações e que ficou nos anais do Poder Local do país, uma coisa que é recorde único do Município de Aveiro e, obviamente, de muito má memória.

Quanto às exigências dos dois mil euros no Teatro Aveirense, Filipe Guerra eu posso explicar-lhe isso com pormenor. Não leve isso assim porque isso é falso. O que nós temos são acordos com algumas associações que usam muito o Teatro Aveirense para que haja uma relação equilibrada entre a bilheteira e o cofinanciamento dos custos do funcionamento. Está devidamente negociado, cuidado, equilibrado com outras associações que só usam pontualmente. Terei todo o gosto em explicar-lhe isto. Não estamos a tirar dois mil euros a nenhuma associação; isso não existe. Há aí falta de informação ou a tentativa de denegrir aquilo que é muito positivo. O nosso teatro Aveirense, além de estar muito bem na sua programação, está muito bem no apoio às nossas Associações, quer algumas delas que já usam o Teatro Aveirense há muitos anos, não inventámos nada, mas algumas delas, e são muitas, passaram a usar o Teatro Aveirense nos últimos anos porque nunca lhes foi dada essa possibilidade.

António Neto, em relação à Navigator Company se quiser tratar esta matéria com rigor estamos ao dispor junto dos moradores. Não passa nada. Esta coisa de pedir ou não pedir reuniões... o advogado das pessoas tem o meu telemóvel, trata de outros assuntos da Câmara ligando-me para o telemóvel, é uma pessoa de bem. Não vale a penas filmes. Eu posso explicar com pormenor qual é o problema da vida do cidadão que o Bloco de Esquerda tentou utilizar em acto miserável de campanha eleitoral. Explico-lhe o problema porque o problema tem muitos anos, é anterior a mim na Câmara. Explico-lhe com rigor se isso vos interessar porque eu sei que isso vos interessa muito pouco porque a vocês interessa-vos a politiquice a qualquer preço. Uma obra, António Neto, não sei se V. Ex.a sabe o que é, é algo que é perturbador da vida de quem está por perto. Não há volta a dar-lhe. Mas esta obra é uma obra boa que vai melhorar muito a qualidade de vida daquelas moradias que estão num sítio inacreditável mas que a nossa Câmara licenciou e as pessoas compraram legalmente; não há ali nenhuma ilegalidade naquelas sete casas. Com esta obra terminada, terminará durante este verão, essas moradias e toda a zona envolvente vai passar a ter a qualidade urbana que durante todos estes anos nunca teve. Dizer-lhe que quem decidiu construir aquelas sete casas não fui eu, quem licenciou aquelas casas não fui eu. Foi a Câmara Municipal de Aveiro que licenciou de acordo com a lei em vigor, à data, e foi um investidor que decidiu fazer aquele investimento e sete cidadãos que decidiram comprar aquelas sete casas. Depois, há um que se meteu num determinado caminho. Se o Bloco de Esquerda quiser tratar a matéria com seriedade eu tenho todo o gosto em contar a história. Se quiserem continuar a fazer a vossa especialidade, que é mentir e procurar utilizar a vida de um cidadão para arranjar um problema à pátria, pois ficarão sozinhos nesse vosso mecanismo redundante em que sistematicamente andam.

O António Neto falou de outra questão que é pertinente e que se mistura com uma outra questão que julgo ter sido colocada pela Ana Maria Seiça Neves e que tem a ver com o Bairro da Misericórdia e com a Baixa de Sto. António. Temos ali um problema que está, neste momento, a terminar o seu projecto de execução e que é o problema de uma estação elevatória de águas residuais que não funciona bem e de uma estação elevatória que é preciso construir precisamente no Bairro da Misericórdia. O mau funcionamento de uma e a falta de outra contribuem para provocar falta de oxigénio em certas situações pontuais e que provoca, de vez em quando, ou contribui para a morte de seres vivos nas lagoas, ou nas zonas mais abertas de uma vala hidráulica, da baixa de Sto. António. Estamos com a AdRA a fazer esse trabalho, sendo que o projecto é da AdRA, na parte das águas residuais e mistura-se com o nosso projecto das águas pluviais, porque o

Bairro da Misericórdia não tem águas pluviais, o que é que vai acontecer com esta obra? Vamos destruir o arruamento e no fim desta obra, enterrando os dois canos e fazendo a outra estação elevatória, resolvemos o problema. Mais, na grande lagoa do Campus da Universidade acontece o mesmíssimo problema; fica precisamente a sul do actual edifício da Reitoria. De vez em quando aparecem seres vivos mortos e a razão é exactamente a mesma porque a descarga desta zona cai para um lado e para o outro lado; cai para a Baixa de Sto. António e cai para essa lagoa que fica imediatamente a sul do edifício da reitoria. É uma operação que está tecnicamente cadastrada, tem projecto e vamos fazer investimento para resolver esse problema que é um problema estrutural.

António Neto, o crime ambiental que chamou, que não é crime ambiental nenhum há muitos anos, tem uma entidade que o regula que é a Agência Portuguesa do Ambiente. A operação que a Portucel faz é uma operação licenciada por quem tem competências legais para fazer estas coisas e não é nenhuma câmara municipal. Chama-se Agência Portuguesa do Ambiente. Se V. Ex.a acha que há um crime ambiental eu tenho todo o gosto em lhe dar os contactos do Presidente da APA para tratar do crime. Mas não se trata de nenhum crime. É, António Neto, ignorância atrevida de V. Ex.a em falar de uma coisa que desconhece tentando pôr as culpas numa entidade que não tem nada a ver com o assunto. O processo está bem gerido. Agradeço ao Presidente Casimiro Calafate a referência, eu não quis ser exaustivo mas ele fê-lo muito bem, que é esta relação delicada de gerir a água doce que vem a mais ou a menos de montante e a água salgada que vem, de vez em quando, a mais, em regra duas vezes por dia pelas marés, e às vezes há marés mais altas, nomeadamente quando temos lua cheia ou lua nova, com o dano de ser água salgada e que cria um conjunto de complicações, quer para o meio ambiente, para os terrenos agrícolas, quer para a captação da própria actividade industrial em causa.

Rui Batista, a Unidade de Saúde familiar de S. Bernardo está a concurso; nós temos S. Bernardo e Oliveirinha em concurso, temos Aradas e S. Jacinto adjudicada e temos Eixo em fase de projecto. É este o estado das cinco USFs que temos contratadas em termos de financiamento. Em breve estaremos também a adjudicar S. Bernardo. É uma pequena obra, não precisa de Visto do Tribunal de Contas, como nenhuma das outras quatro precisa, e, portanto, é um processo que estará em andamento físico muito proximamente. Será por esta ordem: Aradas, S. Jacinto, a seguir S. Bernardo, Oliveirinha e a seguir Eixo. Quanto ao tal acordo da permuta isso é letra morta há muitos anos. Quanto à componente Hospital, ainda hoje tivemos uma importantíssima reunião durante metade da tarde para darmos mais um passo para o lançamento do concurso de estudo prévio para a ampliação e requalificação do nosso Hospital Infante D. Pedro. Foi uma boa reunião, com bons resultados e dentro de pouco tempo, de muitas poucas semanas, teremos resultados com visibilidade pública, embora ainda haja muito trabalho para fazer. Esse jogo que disse, e bem, está formalmente abandonado há muitos anos e, portanto, a operação do antigo Centro de Saúde Mental está entregue à ARS numa lógica de preservação da sua estrutura que faz a prevenção primária e secundária da toxicodependência e com objectivos de vir a utilizar outro edificado para outras operações de saúde, sendo que uma delas está já a ser usada a título provisório que é uma zona onde está uma parte do arquivo do Hospital Infante D. Pedro.

Agradecer as referências, nomeadamente do Jorge Greno. Em relação ao Marques Pereira e à questão do PDM queria dizer o seguinte, para além da sua teatralidade normal. É, de facto, muito importante que um Presidente de Câmara chegue e procure saber tudo o que se passa. E, obviamente, temos estado a tratar disso, das maleitas todas. É minha convicção que o meu sucessor, seja eu próprio ou outro, vai ter descobertas a fazer durante mais alguns anos porque, de fato, o esquema de incompetência, os mecanismos de informalidade, que foram montados no nosso

Município são velhos e complexos demais. Se o Marques Pereira quisesse um dia parar um bocadinho, deixar a Capital do Reino e vir ao meu gabinete durante duas horas, terei todo o gosto em minuciá-lo com informação rigorosa e documentada daquilo que estou a fazer. Se algum dia quisesse fazê-lo para dar algum contributo objectivo para resolvermos o problema que temos. Quando nós mandamos uma equipa iniciar a revisão do PDM há mil tarefas a cumprir e uma das tarefas é o levantamento do edificado que na anterior revisão do PDM e na elaboração inicial do PDM, é triste dizer isto mas é a verdade, não foi feita. É inacreditável, não é? Mas não foi feita. A nós não nos passa pela cabeça que num processo de revisão do PDM não fazer o levantamento do edificado. Temos um problema, é que há uma parte do nosso edificado que não está registado no nosso sistema de informação geográfica. Porquê? Porque a certa altura quando se instalou o sistema começou-se a fazer o registo, e muito bem. Mas deixou-se uma parte que não se registou. Quando nós diferenciamos esses dois números é precisamente porque há uma parte desse número, até pode ser edificado que está legal, que não está registado no sistema. Nós já estamos a fazer, foi preciso virar processo a processo para pôr isto em ordem. Agora, é, de facto, chocante, quando eu abri, como abri os lençóis, estamos a falar de lençóis de informação, e olhámos para estas milhares de edificações que estão fora dos perímetros urbanos. Mas eu sou o primeiro Presidente de Câmara que olha para isto? Estamos a trabalhar para resolver o problema, procurando soluções regulamentares. Não há solução para tudo. Uma coisa muito interessante é pegar no carro e ir ver tudo. Ainda recentemente fiz uma viagem com duas técnicas da Câmara, durante cinco horas, pelos sítios mais recônditos para ver o que são casas construídas no meio da mata, tipo aquilo que vimos agora na televisão. Casas legais. Houve um tempo, também sinais dos tempos, não foi só em Aveiro, foi pelo país todo, em que se licenciava uma casa a pedido de quem a queria fazer, qual ordenamento, qual reserva agrícola, qual nada. Hoje olhamos para aquilo e arrepiamos. Como é que protegemos aquele cidadão que está no meio da mata e que tem uma casa legal? Como é que o protegemos? Temos que arranjar respostas em sede do PDM porque temos que o proteger, ou tirando-o de lá ou obrigando a quem está à volta a desmatar e a manter limpo o perímetro que está na lei de forma a proteger o cidadão que legalmente tem a sua casa num sítio onde ela não devia estar mas está e legalmente. Esta é a nota. Mas a nota pior não é a alínea f), Sr. Dr. É a alínea e) porque os poucos municípios que já fizeram a revisão do PDM em Portugal só fizeram pequenos ajustamentos à REN. Como nós temos todo este desvario temos que fazer alterações à REN de monta. Manda a lei actual que é preciso uma REN nova. E foi aí que surgiu a nossa principal surpresa. A lei nova que está em vigor, que é um castelo de complexidade monumental, estou perfeitamente à vontade porque foi aprovada pela maioria do Governo que apoiei, do Governo anterior, e fui um grande crítico, em muitas reuniões, chamando a atenção para aquilo que se estava a fazer de impossibilidades de gerir o terreno, porque eram os teóricos a legislar sem conhecimento da prática, e hoje nós vamos ser o primeiro município do país a fazer REN de acordo com o novo quadro legal. Já contratámos uma entidade credível para nos fazer a REN, já temos esse mecanismo todo a funcionar. Mas essa foi a grande surpresa porque, de facto, não era o nosso entendimento legal. E isso veio quando? Quando recebemos o parecer da entidade gestora da REN, a CCDR, que no seu parecer à caracterização deu o seu parecer mas chamou-nos a atenção que o caminho da REN não era aquele e que tínhamos que fazer uma REN nova. Só para fazer a nova REN são, no mínimo, cinco meses, com uma entidade credível, competente e com sede no nosso município; já a contratámos e já está a fazer esse trabalho. Aqui metem-se as respostas sobre o prédio da Avenida ou sobre a piscina do Beira Mar. O prédio da Avenida está na solução de resolução do problema do PUCA, do conflito do PUCA com o PDM. Na próxima reunião

de Câmara vamos começar a desmontar esta teia. A primeira desmantadela é o fim do chamado Plano de Pormenor do Parque (Estádio Mário Duarte), vai ser legalmente terminado. Vai à Câmara na próxima reunião e terá que vir também à Assembleia Municipal. É o primeiro e vão seguir outros. Só no que respeita ao PUCA e ao Plano do Pormenor do Pólis a matéria da complexidade legal é, de facto, muito difícil. Estamos a trabalhar para cumprir esse preceito para podermos resolver este e tantos outros, Sr. Dr. São mesmo muitos problemas que estão prisioneiros deste erro, deste amálgama de planeamento que temos e que a malha torcida principal é exactamente entre o PDM e o PUCA e o prédio da Avenida é um bom exemplo. O do Beira Mar, não. O do Beira Mar trata-se de uma asneira grave de gestão municipal, de um negócio que entendo absurdo e errado, mas falamos de um terreno que hoje é uma propriedade privada que se obrigou a condicionantes de ocupação que hoje ninguém quer cumprir. Dizer a uma entidade que pode fazer edifícios de comércio e serviços e não para habitação e que tem que construir duas piscinas é só para gozar com a gente. Mas é assim que está. É público, sabeis que está a decorrer uma inspecção na nossa Câmara, inspecção ordinária à área do urbanismo organizada e gerida pela principal entidade que inspeciona as câmaras que é a Direcção-Geral de Finanças. Primeiro dossier pedido? O dossier das piscinas do Beira Mar. O dossier piscinas do Beira Mar não acabou em nenhuma dimensão mas na nossa gestão Câmara estamos tranquilos. E respondendo ao Francisco Picado, o novo processo do Beira Mar está tranquilo e direitinho. A resposta à questão do Tribunal de Contas, do ofício que o Francisco Picado referenciou, está dada pela nossa decisão e tomada também aqui. Não sei se já foi ou não o ofício mas irá para o Tribunal de Contas a responder. À Direcção-Geral de Finanças, no quadro do complexo Beira Mar, já entregámos esse dossier, como todo o mega dossier do filme de terror que foi o negócio das piscinas do Beira Mar. Como é que hoje isto se resolve? Como é que nós desobrigamos um privado que se obrigou a construir edifícios de serviços e duas piscinas? Como é que se desobriga isto no nevoeiro do processo que continua a correr nas instâncias que todos sabem? É muito delicado. Qualquer decisão que tomemos alguém vai dizer que estes rapazes da Câmara estão feitos com A ou com B. Qual é a nossa estratégia? Na revisão do PDM vamos ter que resolver o problema porque se não o que temos lá é o que vamos ter lá: uma ruína, às vezes mais limpa, outras vezes mais suja, mas uma ruína porque aquilo tem um dono privado, de um negócio que nenhum de nós conhece com absoluto pormenor e que cada um de nós conhece alguma coisa dessa operação inacreditável mas que foi meso feita.

João Barbosa, o concurso para a rua do Gravito será lançado numa das próximas reuniões de Câmara, espero que durante julho se não o for conseguiremos em agosto. Aquilo que nos atrasou foi a concertação com a EDP no que respeita à rede de distribuição de energia na Rua do Gravito e à rede de iluminação pública. Foi aquilo que nos demorou e ainda está a acabar porque ainda não está terminado. O projecto está pronto, estamos particularmente prontos para lançar o concurso, menos no que respeita à distribuição de energia e à iluminação pública que é uma das componentes que entra na obra. Julgo que estaremos próximos de acertar o que falta entre o nosso projetista, que é um funcionário da Câmara, e a EDP que é a gestora da rede, para podermos lançar a obra, no termos que lhe disse, desde o início da Rua do Gravito até à antiga Assembleia Distrital, hoje actual sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Dra. Seíça Neves, dá-lhe conta que os moliceiros que viu são os que são e eles são mais de quinze, são quase trinta. As nossas licenças foram emitidas, quem tinha e tem competências para definir carga de embarcações, toalha de água e tudo isso, participou no processo, a nossa Capitania – Autoridade Marítima. Não há nem mais um. De vez em

quando há menos um ou menos dois porque às vezes eles saem para irem fazer manutenção. Está a correr bem, não há nenhuma sobrecarga, às vezes juntam-se mais a passar, não há acidentes; temos uma operação que funciona, felizmente, muito bem por mérito dos nossos operadores. De vez em quando há um ou outro guia que diz umas asneiras, sabemos que é verdade, mas felizmente essas histórias são a exceção à regra porque a regra é que temos guias que falam bem, que sabem das histórias para contar histórias e globalmente estamos bem. Há que melhorar? Há seguramente e nós cuidaremos também na matéria regulamentar para melhorarmos isso.

O Dr. Filipe Neto Brandão acha que crescer vinte por cento é pouco. Eu concordo parcialmente consigo mas não por comparar com Coimbra e com Viseu. Explicar-lhe-ei com gosto, se tiver tempo, porque é que o processo de crescimento de Coimbra ou de Viseu têm estes números. Explicar-lhe-ei com gosto. Devo dizer-lhe o seguinte: nós, nos próximos anos, cresceremos muito mais do que vinte por cento. E porquê? Porque vamos aumentar muito o investimento promocional no nosso museu. Uma das áreas em que estávamos vedados por força do PAM, o tal dezanove de abril libertador, era, por exemplo, esta. Nós entrámos numa operação de investimento no turismo, na cultura, porque agora já podemos comprar publicidade no jornal, chamar jornalista para virem cá passar um fim-de-semana para aprenderem o que é Aveiro. Domingo tenho uma entrevista na TF1 num programa que é visto em França por quinze milhões de pessoas. Neste caso não vamos pagar, arranjamós quem pague que é a Turismo Centro de Portugal. Mas temos que fazer muitas coisas destas. Estamos a crescer muito mas queremos crescer mais, estamos a conquistar gente mas queremos conquistar mais, estamos a crescer vinte por cento mas queremos crescer mais. E vamos crescer. Os outros estão a crescer quarenta por cento? Nós todos felizes e contentes. Para nós o bem dos outros é o nosso bem. Queremos ultrapassá-los? Queremos. Mas é para ficarmos à frente deles? Não. É para conseguirmos um ritmo de crescimento mais forte do que aquele que estamos a ter. Mas olhe que a nossa base de partida há três anos ou há dois anos, quando pegámos nisto, era uma coisa que não tem nada a ver com a base de partida do Museu Machado Castro ou com a base de partida do Museu Grão Vasco e sei que o Sr. Dr. Sabe desta matéria e reconhecerá nessa diferença da base do ponto de partida o que é que diferencia o nosso Museu destes outros dois museus.

Só uma nota em relação ao Baixo Vouga Lagunar. Dar conta, para quem não sabe, que nós, na Comunidade Intermunicipal que é a entidade titular, estamos na fase de erros e omissões do concurso da obra da Ponte Açude, que é uma obra lançada por oito vírgula cinco milhões de euros. Estamos com a empresa que ganhou o concurso do projecto do chamado sistema de defesa primário, um projecto de seiscentos e setenta mil euros, um projecto muito grande e complexo, que está em franca execução e que quando chegar ao fim propiciará o lançamento da grande obra do sistema de defesa primário, tudo isto num valor total final que não andarão longe dos trinta milhões de euros, numa operação que envolve Fundos do Ambiente, os Fundos da Agricultura, os nossos orçamentos e esperemos também que o Governo nos ajude com uma parte do orçamento, nomeadamente do Ministério da Agricultura dado que há esse compromisso.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰³⁵

Vogal João Barbosa (PS)⁰³⁶

Ponto 2 – Apreciação e votação do reconhecimento do relevante interesse económico e social do Hospital Privado, processo de obras nº 267/2007.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 07/06/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício⁰³⁷ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

“Já agora usando a marginalidade do João Barbosa, convidar o João Barbosa, ou todos mas em especial o João Barbosa, para ir connosco a S. Jacinto, naquela visita que ainda não fizemos, no próximo sábado dia um de julho, para o estear da bandeira e já poderemos verificar aquelas matérias que temos para verificar. Espero que não se esqueça do dia um de julho, de manhã, às onze da manhã.

Em relação ao dois mil e sete ou ao dois mil e dezassete, neste processo, dar nota que é dois mil e sete porque há um projecto original para o mesmo terreno de dois mil e sete; é dezassete porque o registo que está em causa, com este novo projecto, é de dois mil e dezassete. Portanto, as duas datas estão formalmente correctas.

Uma palavra muito simples sobre esta matéria. Trata-se de um investimento importante para nós, um hospital privado, ao caso, do grupo Trofa Saúde, que está em desenvolvimento de projecto para licenciamento. Estamos na fase da arquitectura e do desenvolvimento da empresa das especialidades, obviamente que as especialidades só podem entrar depois de aprovarmos a arquitectura, e surgiu no desenvolvimento desta matéria, há uma equipa mista de técnicos da Câmara e técnicos da Empresa a acompanhar todo o trabalho do desenvolvimento do projeto, gestão das condicionantes do planeamento que está em vigor e que nesta zona é o PUCA, a circunstância de empresa nos suscitar que precisa de um sétimo piso porque os seis pisos têm a área que eles entendem para a dimensão crítica deste hospital de segundo nível no grupo. O grupo Trofa Saúde só tem um hospital de primeiro nível que é o Hospital Trofa Saúde em Gaia e estão a construir pelo país e já têm alguns construídos de segundo nível. O de Aveiro será de segundo nível e tem uma área tipificada no que respeita às prestações de serviço. Vão existir duas caves para estacionamento público, essas áreas de caves de estacionamento são públicas e a solução proposta foi de mais um piso no jogo de cêrceas para poder acomodar um piso técnico onde estará um conjunto de equipamentos, tratamento do ar, etc., necessários à sustentabilidade de toda a operação. Entendemos nós que em termos do enquadramento urbano é uma questão tranquila, não tem qualquer tipo de aspecto negativo. Aliás, nós discordamos do próprio PUCA, concordamos com o PDM, e aquilo que vai ficar, em termos de normativo do planeamento na revisão do PDM, é aquilo que o PDM prevê hoje para que sito seja uma não questão. No entanto, o que está em vigor é o PUCA e entendemos justificada esta proposta da empresa que apenas tem que ter, no cumprimento do Plano, uma deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal para, reconhecendo o interesse económico e social do investimento, poder-se dar essa excepção que, neste caso, é deste sétimo piso, alterando num piso a limitação normal do Plano dos seis pisos nesta zona. É isto que está em causa. Para nós este é um investimento muito importante para o aumento da quantidade e qualidade dos serviços de saúde no nosso Município. Esta deliberação é fundamental para prosseguirmos o processo de aprovação do projecto de arquitectura. Há outras componentes nesse processo a tratar, como é lógico. Desde logo uma ligada ao número

de estacionamento e que está a ser trabalhada e outras mas tudo está a ser tratado para se criarem as condições legais, técnicas e, hoje, físicas e financeiras, para que a obra arranque. O investidor quer arrancar com a obra no final do Verão, algures entre o final e setembro e o início de outubro. Porquê? Para ter a toalha freática o mais baixa possível. Uma das surpresas do estudo geotécnico é que ali a toalha freática é muito superficial. Portanto, como é óbvio, fazer uma dupla cave num sítio onde a toalha freática é muito superficial exige uma maior complexidade técnica da obra. Uma das normais estratégicas é arrancar obra, fazer a construção da escavação e a estrutura que fecha o edifício na cave numa altura em que a toalha freática esteja o mais baixo possível. Quando é que isso acontece? Obviamente, no pico do Verão é quando as toalhas freáticas estão mais baixas, quando os verões não são muito chuvosos, como temos boa consciência.

Portanto, é isto que está em causa. O processo foi a reunião de Câmara, como não podia deixar de ser, e a proposta é que a Assembleia Municipal reconheça o interesse económico e social deste empreendimento, para podermos validar esta componente técnica no âmbito do processo de licenciamento que, obviamente, vai prosseguir até que possamos emitir o alvará de construção para que a empresa, acto posterior, possa iniciar esta construção.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[039](#)

“Senhor Presidente de Câmara eu tenho aqui uma coisa para lhe dizer em relação ao ponto anterior, muito simples, a propósito de um comentário que o Senhor Presidente de Câmara fez sobre “em Bruxelas está-se bem”.

Quero dizer-lhe que o meu camara Miguel Viegas não “está bem em Bruxelas”. Ele está a trabalhar em Bruxelas. E é dos 21 eurodeputados portugueses aquele que mais trabalho apresentou, com 1717 intervenções. O melhor eurodeputado do seu partido tem 800 intervenções. Portanto essa de “em Bruxelas está-se bem” foi desagradável.

Da mesma forma que foi muito desagradável a acusação de eleitoralismo quando o mesmo se limitou a falar com munícipes. Eleitoralismo senhor Presidente de Câmara é aumentar para o dobro o dinheiro gasto no festival dos canais e aparecer agora em ano de eleições Ana Moura e Pedro Abrunhosa. Sobre isto tenho dito.

Sobre o ponto dizer sumariamente o seguinte: a realidade do projeto de instalação de um hospital ali, observando o projeto e como o senhor presidente de Câmara o descreveu, há a proposta de autorizar mais um piso ao edifício.

Ora sucede que esse piso já devia ter sido acrescentado; sucede que a análise daquilo que é o projeto de arquitetura englobado neste processo estão lá especificados por exemplo um piso para auditórios e restaurantes! Ora se necessitam de mais um piso ele podia ser englobado aí. Portanto o que há é um acréscimo de obra e encontraram esta justificação para aumentar. Nós da nossa parte não nos oporemos a esta medida, mas dizer-lhe que há outras formas de fazer os ajustes porque o projeto ainda não está em obra e a entidade promotora Trofa Saúde pode fazer. O que nós consideramos é que o município de Aveiro precisa desesperadamente e quem conhece a realidade dos serviços públicos em Aveiro sabe das enormes e brutais carências que o Hospital de Aveiro e as várias USF aqui do município têm e que carecem rapidamente de intervenção pública e o nosso apoio.”

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

“Basicamente o ponto aqui em discussão de reconhecimento do relevante interesse económico e social para o hospital privado é legalizado perto dos caminhos-de-ferro, é que possa ter sete pisos e não seis como os instrumentos de ordenamento do território preveem.

Aqui, como em Cacia, como no prédio da Avenida e em tantos outros, a Câmara municipal não planeia, não gere o ordenamento. A Câmara Municipal regateia.

Os instrumentos de ordenamento do território não podem ser alterados em favor de poucos e prejuízos de muitos. A decisão de atribuir mais um piso aumenta o valor do solo. A Câmara Municipal não o cativa, nem permite a ressarciação dos antigos proprietários. Portanto uma má decisão e em tudo contrária ao bom planeamento do território.

Interesse económico e social. Estamos a falar de um hospital privado. Vimos e sentimos a deterioração dos serviços públicos no Centro Hospitalar do Baixo Vouga, o ataque desenfreado no anterior governo ao SMS, as valências a diminuírem e os profissionais a terem dificuldades em exercer e a grande necessidade de investimento. Os utentes a desesperarem mesmo com a abnegação de todos os que trabalham naquele espaço. Então porquê a benesse do poder público ao privado?

Não podemos deixar passar a questão do PS e o seu voto a favor para passar de seis para sete demonstrando o seu interesse relevante e social. Em suma dizer que o PS também não é alternativa. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

“Muito o brigado Senhor Presidente. Do nosso ponto de vista é sempre com agrado que vemos Aveiro ser escolhida para relevantes investimentos económicos. Hoje em dia os seguros de saúde e doença são cada vez mais comuns quer a nível de contratação individual quer a nível de grupos. Sejam eles de empresa ou até de clientes de uma determinada rede.

Também os seguros de acidentes de trabalho, como sabem, socorrem-se das redes privadas de saúde e não do SNS para que os cuidados a serem prestados o sejam da melhor maneira. Inclusivamente os próprios trabalhadores do Hospital de Aveiro têm acesso através do seu seguro de saúde, a unidades privadas. Como veem são coisas que não são comparáveis. Uma unidade de saúde deste género vai criar cerca de 200 postos de trabalho fixos em Aveiro. Além disso irá trazer um conjunto alargado de médicos das mais diferentes especialidades, que passem a vir a Aveiro darem consulta, alargando assim a oportunidade que os aveirenses vão ter de melhores cuidados de saúde. Houve quem recentemente pusesse em causa a execução deste investimento assim como de outros em curso no nosso concelho. Não sendo de todo compreensível como é que em tanto discurso a defender a diminuição do desemprego tenham ao mesmo tempo discursos contra os investimentos que criam riqueza e postos de trabalho.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Vogal Paulo Marques (CDS)[042](#)

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

“Apenas uma questão para ver se entendo o que é este processo. Estamos a falar de um projeto que foi inicialmente apresentado com sete pisos ou estamos a falar de um projeto apresentado com seis pisos e para o qual agora pedem uma correção?”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁴

“Quanto ao interesse económico e social que este empreendimento traz na área da saúde para Aveiro, ele traz mais postos de trabalho, traz a expansão da cidade para lá da estação, traz qualificação da zona e é uma mais-valia para aquela zona.

Quanto à atividade do projeto traz mais qualidade na área da saúde, traz mais oferta na área, traz mais empregos qualificados que são sempre uma mais-valia para a cidade e para a região e é mais uma opção na área da saúde com mais complementaridades para a saúde na área da Região de Aveiro. Perante isso a bancada votará favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

“Filipe Guerra, dizer-lhe que tenho a maior consideração política e estima pessoal pelo Miguel Viegas. Dos telefonemas que ele recebeu quando foi eleito deputado ao Parlamento Europeu, um deles foi meu. Aliás, dei-lhe os parabéns e disse-lhe o quanto fiquei feliz pela eleição dele. Expliquei-lhe antes que não votaria nele por uma questão de opção ideológica mas partilhei com ele a minha felicidade por ele ter sido eleito. É um homem com qualidade e tem feito um trabalho importante. Mas não se ponha a comparar o grupo parlamentar ao qual pertencem os deputados do Partido Social Democrata com o grupinho a que ele pertence. Obviamente que quando os grupos são grandes a quantidade de intervenção das pessoas é muito menor do que quando os grupos são pequenos. É o normal em qualquer parlamento do mundo. Os nossos deputados pertencem a um grupo grande, o Miguel Viegas pertence a um grupo pequeno e não é apenas pela sua capacidade é porque tem obrigação, porque tem que se ser porque a rapaziada é pouca; tem que acompanhar os dossiers e tem que fazer intervenções. Mas dizer-lhe isto com clareza, assim como direi com clareza, pelos mesmos motivos, lamento imenso que ele recorra nesta sua repetida campanha à mentira para fazer a defesa de causas. Ponto final parágrafo porque esta é uma conversa que continuaremos num outro campo que não aqui, apenas tinha que lhe dar esta nota já que o fez. Quanto ao Pedro Abrunhosa e à Ana Moura eu vou-lhe enviar a lista de artistas que têm trabalhado connosco desde o nosso primeiro ano de mandato para saber que estamos em campanha eleitoral exactamente desde o primeiro ano de mandato e não começámos no último. Vocês lembraram-se agora de ir ver o Edifício Fernando Távora, lembraram-se agora de ir ao Conservatória porque há eleições. Nós não, nós já nos lembrámos disso há muito tempo.

Indo à matéria, dar-lhe conta que nós estamos a fazer um investimento de requalificação das USFs por proposta da Câmara e acordo com o Ministério da Saúde. Nós estamos a fazer um trabalho com o nosso Hospital que é quem lidera o trabalho, numa equipa em que está a Universidade de Aveiro, a Universidade Nova de Lisboa, parceiro escolhido pela Universidade de Aveiro para desenvolver a área da Medicina nesta segunda vida, e com a ARS que na equipa representa o Ministério da Saúde. Estamos a trabalhar em equipa, todos, para que reúnam as condições para nós ampliarmos e qualificarmos o nosso Hospital. O nosso Hospital Infante D. Pedro não pode ser qualificado sem ser ampliado, é uma questão absolutamente básica, e por isso a libertação dos terrenos dos

antigos Armazéns da Câmara e do velho estádio do Beira Mar para termos condições de disponibilizar terreno. O trabalho que estamos a fazer, em termos de referência de estudo prévio, a seguir projecto de execução, e no caminho a conquista de capacidade financeira, diga-se Fundos Comunitários, para fazer esse investimento de largas dezenas de milhões de euros. Neste momento não vale a pena dizer mais do que isto porque a imaturidade para referenciar o número ainda é grande, como sabemos. Quando é que Aveiro fez isto? Nunca. Fizemos o Hospital, e muito bem. Mas conhecemos as carências do edifício. As questões da qualidade do que lá se passa dentro estão entregues, e muito bem, ao Ministério da Saúde e dos seus profissionais. Quem é que se preocupou com isto? Ampliar para onde? Para o ar? Ou como diz o PDM que está em vigor, em Eixo? Num terreno no meio da mata. Visitámos há dias o terreno para o Hospital, lá no meio da mata, em Eixo. Vejam lá onde é que se queria fazer um Hospital. Ainda está em vigor o PDM mas na revisão já está lá bem sinalizado, um risco em cima, área florestal; não queremos lá Hospital nenhum. O Hospital é ali que está, é ali que queremos que continue, ampliado e qualificado e universitário, num trabalho intimamente ligado à nossa Universidade. É por aqui que vamos, é por aqui que estamos a andar e espero que, quer o Bloco de Esquerda, quer o PCP, no seu alto poder de condicionamento da gestão governativa do país se juntem a nós todos, incluindo ao Governo do Partido Socialista, para conseguirmos cumprir este objectivo. É uma luta dura, nomeadamente quando chegarmos à parte do dinheirinho. Espero que todos juntos, incluindo o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda nos ajudem a termos sucesso desta vez, porque já vamos com muitos fracassos. Embora, devo dizer que no passado mais recente, não há nenhum dossier na Câmara a lutar por esta causa. Nenhum. Gora, há. Há dossier, há equipa técnica, há reuniões de trabalho, há compromisso, há cronograma, e estamos, de facto, muito motivados e muito empenhados nesse trabalho.

Deixar esta nota muito importante e que tem muito a ver com aquilo que o Manuel Prior disse. O aumento, em quantidade e em qualidade, dos serviços médicos é muito importante para a nossa cidade, para o nosso Município e para a nossa Região. Estamos a falar de um Hospital que serve vários municípios; serve uma Região. E nós, tendo uma Região que tem um bom Hospital público, que tem um, dois e quem sabe o terceiro, Hospital Privado, que tem uma Universidade com uma escola de saúde que volte a ter medicina, estaremos a aumentar a atratividade de bons profissionais, de investidores, de tudo aquilo que entre no sistema da saúde, o que é importante para aumentar a quantidade e a qualidade dos serviços prestados. Só temos a ganhar. Porque é que é tão difícil ao nosso Hospital deslocalizar para Aveiro um médico que está a trabalhar em Coimbra? Porque é que isso é tão difícil? Por um motivo muito simples... Coimbra tem um ecossistema de saúde muito forte, muito grande, antigo. O Porto igual, a mesma coisa. Nós temos que fazer este caminho. Não é para chegarmos à dimensão de Coimbra ou do Porto porque esse não é o nosso campeonato. Quando o nosso Hospital estiver construído o Dr. Filipe Neto Brandão vai dizer que o nosso hospital é mais pequenino que o de Coimbra ou o do Porto. Eu agora estava a brincar um bocadinho... estava a brincar. Mas esta é a questão: temos que crescer a este nível, temos toda a consciência que precisamos de crescer muito a este nível dos cuidados de saúde. Este passo é um passo importante, como a qualificação do nosso Hospital público é muito importante. Estamos a lutar por tudo, não comparem dimensões. Hoje não vou falar em números porque não o devo, mas a área de serviços deste Hospital privado comparada com a área que já tem hoje o nosso Hospital público e que queremos que passe a ter depois de ampliado estamos a falar de dois mundos diferentes. Em termos de quantidade de serviços mínimos este Hospital não é minimamente concorrencial ao nosso Hospital público. Complementar, claramente e bem; agora, concorrencialmente não tem nada a

ver. Isso ver-se-á de forma clara quando pudermos fazer a apresentação pública deste Hospital e espero que brevemente também possamos fazer a apresentação pública daquilo que vai ser o nosso renovado e ampliado Hospital Infante D. Pedro.

Deixar claro ao António Neto que não há nenhuma alteração do Planeamento. Usou essa expressão que é incorrecta. Nós estamos a usar o Plano em vigor. O Plano em vigor diz que a cêrcea de referência, neste sítio, é de seis pisos e diz também que em situações atendíveis de reconhecido interesse económico e social é admissível mais. É assim, não estamos a alterar o Plano. O António Neto usou a expressão alterar o Plano. Não há aqui nenhuma alteração. Estamos a usar uma regra de excepção que o próprio Plano tem; é isto que estamos aqui a fazer. E dar-lhe mais esta explicação. Em relação ao valor que a empresa pagou pela propriedade, pagou, obviamente, com base na capacidade construtiva do terreno na sua máxima valia. Que é o quê? Habitação. Portanto, quando a empresa compra com essa óbvia condição de valor e depois deriva para equipamento, obviamente que o valor do terreno, nesta segunda situação, é mais baixo do que na primeira. Mas não muda, está escriturado, está pago e essa conversa acabou. Mais... a família em causa colocou condições que a empresa está, por este caminho, a cumprir. É matéria que deve ter reserva mas que é importante a este nível porque esta operação de um equipamento de serviço público era uma condição importante da família que vendeu por razões da sua idiossincrasia familiar, aliás muito interessante conhecer e a mim foi-me dado o privilégio de conhecer.

A nota que o Jorge Greno deixou é anota que eu queria enfatizar, além destas que já referenciei: criação de postos de trabalho e aumento da atractividade do Município, por este investimento vir aumentamos a atractividade para que outros investimentos privados venham, e esperemos que públicos também. Espero que este também seja indutor de outros públicos. Da nossa parte nós trabalhámos nesse sentido.

E aqui vou à resposta à questão do Francisco Picado e que era se o projecto inicial apontava para seis ou para sete pisos. Nem uma coisa, nem outra. Como é eu isto funciona? O que é definido são as áreas. O mecanismo que está montado é igual ao Hospital público, fizemos hoje esse mesmo trabalho. O que é que o Grupo Trofa Saúde, o Ministério da Saúde, querem? O Grupo Trofa Saúde quer dar serviços na área médica A, B ou C. Para a área médica A são três salas de cirurgia, na área B são não sei o quê, etc. Há uma modelação dos serviços médios em tipologia e em quantidade. Cada um destes serviços tem nas regras, na lei do país, a empresa não inventa nada, as áreas de referência. Está tudo na lei, não pode inventar. Pega-se nisso e dá uma determinada área; é pela definição das áreas que se começa, seja no público ou no privado; é igual. Depois de termos a área, e eles definiram a área para um hospital de segundo nível que precisa de xis metros quadrados. Vamos ver como é que isto encaixa no terreno. E no terreno há muitas condicionantes. Já falámos de uma que é a estrutura geotécnica, a toalha freática; a outra que foi muito discutida entre nós e que são os acessos rodoviários; o espaço público que vai nascer dali, os passeios de um lado e do outro, pelo menos nas duas frentes que são para as duas avenidas e depois ainda vai haver uma terceira do lado da chamada Rotunda da Policlínica e, neste caso, ainda vai haver uma quarta porque na outra frente, do lado da Estação, vai haver uma via de uso público por causa da gestão da área de serviços do Hospital. No desenvolvimento da transposição das áreas necessárias para as várias condicionantes daquela parcela passa-se para o exercício do jogo dos pisos. E qual foi o trabalho que hoje fizemos? Quantos gabinetes é que são precisos, quantas salas de operações, etc.,... muito bem é isto. Agora, áreas? A área é esta, está tudo nos documentos da ARS, lá estão os tratados com as áreas todas, tudo, está tudo enquadrado no normativo de tudo isto. E depois vamos para onde? Vamos às condicionantes do terreno. Nas condicionantes do terreno

há a mesma coisa: espaços para estrada, para passeios, zona de estacionamento, zona verde e área de implantação do edifício. Temos a área total, temos a área de implantação, dividimos uma pela outra e temos o número de pisos. Foi este o exercício e, portanto, não posso responder à sua questão se nasceu com seis ou nasceu com sete pisos. No desenvolvimento disto, quando se chega a esta conta final, a proposta tinha sete pisos. O processo que entrou na Câmara, qualquer um dos Srs. Membros pode consultá-lo, entrou com sete pisos. Não há um requerimento que tem seis pisos e passado um tempo entra um outro requerimento com sete pisos. Quando o documento de proposta formal de arquitectura entrou, entrou com sete pisos e com esta justificação. E é esta justificação que nos fez fazer esta tramitação na Câmara e na Assembleia Municipal para fazer o reconhecimento de interesse público.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)⁰⁴⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“Explicar duas coisas. Primeiro a Universidade de Aveiro teve Medicina. Ponto final parágrafo.

Teve mesmo alunos que fizeram o primeiro ano, alunos que ao começarem o segundo ano dá-se o acidente da parceria da nossa Universidade com um Universidade parceira da Universidade do Porto e esse acidente motivou o fim do curso de Medicina e a deslocalização, numa operação muito complexa, dos alunos para essa Universidade de Medicina. Esta é a história objectiva. Se quiserem documentos formais para documentar o que eu estou a dizer terei todo o gosto em facultá-los, até porque eles são públicos, não é nenhum segredo escondido.

Em relação a esta matéria explicar-lhe só uma coisa. Não sei se está a ver bem esta zona, no topo nascente temos a Rotunda da Policlínica e no outro topo temos a linha de comboio e a estação. Logo a seguir à linha do comboio temos uma torre de catorze pisos. Já viu o que é que está à volta da torre de catorze pisos? Porque é que aquela torre é de catorze pisos? Não sei, deverá ter havido uma explicação qualquer. Porque é que as torres que estão previstas construir naqueles terrenos à frente do Hotel Mélia, que vamos usando como estacionamento por dádiva do proprietário, têm, conforme o Plano que está em vigor, torres de vinte pisos? Teve uma lógica qualquer. Eu devo-lhe dizer que tenho a mais profunda discordância com um e com outro, mas é a vida. Há um estudo urbanístico por baixo desta zona que vai entre a linha do caminho-de-ferro e a Rotunda da Policlínica, um estudo já com alguns anos, anterior ao PUCA, que no topo, junto à rotunda, num terreno que está ocupado por um destes stands de venda de automóveis em segunda mão, que ocupa esse terreno e um bocadinho do terreno que o grupo Trofa saúde comprou, em que tem previsto uma torre de doze pisos. O que é que estamos a fazer a esse estudo que está por baixo do PUCA? Estamos a rasgar. Isto só para lhe dar nota que na dimensão estritamente urbana desta peça naquela área, considerando o que já existe e aquilo que estamos a desenhar em sede da revisão do PDM e do PUCA que, actualmente, é o instrumento que está em vigor e que temos que cumprir, é uma boa peça, é tranquilamente enquadrável. Ainda por cima é uma peça de gaveto e as peças de gaveto tecnicamente, em termos urbanos, são peças em que, em regra, há excepções à regra e tirando esta questão do interesse económico e social, se admite uma cêrcea superior à envolvente por ser uma construção de gaveto. É também nesta nota de abordagem urbana que nós enquadrámos a outra que é mais importante que esta do reconhecimento do interesse económico e social do projecto.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴⁸ Ponto 2 – Apreciação e votação do reconhecimento do relevante interesse económico e social do Hospital Privado, processo de obras nº 267/2007, sendo aprovado por maioria, com vinte oito votos a favor (PSD13+CDS6+PS7+IND1), duas abstenções (BE1+PCP1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário⁰⁴⁹ que os munícipes Lurdes da Silva Almeida, residente na Vera Cruz estava inscrita para alegar sobre a Avenida de Santa Joana e Horários dos Autocarros.

A munícipe Brigitte Martins, residente em Santa Joana, estava inscrita para alegar sobre averiguações de medidas a serem implementadas para a problemática dos animais errantes no município de Aveiro.

Lurdes Almeida (Munícipe)⁰⁵⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵¹

“D. Lurdes, eu não vou cansá-la muito porque a D. Lurdes é uma das minhas munícipes mais queridas e com quem eu mais vezes falo. [risos gerais] A D. Lurdes agora vai ter que me ouvir só um bocadinho.

Eu não vou dizer nada que não saiba, apenas para esclarecimento de toda a Assembleia e repetir-lhe aquilo que já lhe disse tantas vezes. É muito importante que a D. Lurdes me oiça. A D. Lurdes tem optado por achar que aquilo que eu lhe tenho dito não está correcto e não são bons conselhos. Eu exorto a D. Lurdes, mais uma vez, pela quinquagésima vez neste três anos e meio, a ouvir-me com atenção. Não é só ouvir-me, é dar-me ouvidos, é pôr a hipótese que o que eu lhe estou a dizer vale a pena levar em conta, porque a D. Lurdes não se põe com calma a ouvir-me e depois esquece-se do que eu lhe digo. Eu só lhe queria dizer três coisas. Eu oiço-a com muito gosto, o Vereador Jorge Ratola também; gostamos imenso de si. Temos aqui, principalmente, dois problemas. Embora ainda tenhamos aquele terceiro que a D. Lurdes não gosta que lhe fale mas eu tenho que lhe falar sempre antes que um dia destes tenhamos uma desgraça a sério.

Em relação à avenida em Santa Joana, eu já expliquei à D. Lurdes e a tanta gente que foram induzidos em erro. Ninguém de Santa Joana que assinou os famosos protocolos com o Presidente Alberto Souto, de que a Câmara não tem documento original, ninguém deu terreno nenhum à Câmara. A D. Lurdes tem que me ouvir se não eu nunca vou conseguir ajudá-la a resolver os seus problemas. A D. Lurdes tem que ler com muita atenção o documento que assinou, como eu já tentei lê-lo, e verifica que o que lá está escrito é uma intenção de um dia dar o terreno quando passar uma avenida e quando um plano estiver aprovado e que criava uma área de construção de prédios de seis pisos, de um lado e do outro, da avenida. [A munícipe abandonou a sala do plenário].

Com toda a consideração, é uma pessoa muito especial, muito querida, mas não é espacialmente fácil acalmá-la para que consiga ouvir.

Só dar mais uma nota à Assembleia que é importante já que a questão foi suscitada. Este é um problema muito sério que nós temos no nosso Município. Foi feito um boneco, um

desenho, de uma via que nunca foi plano formal, que é a tal avenida em Santa Joana que, arredondando a conversa, ligaria a Rotunda da Policlínica ao largo da Igreja de Santa Joana, construída maioritariamente sobre uma vala hidráulica, o que é uma coisa inacreditável, e que criava um paredão de construção, de habitação e comércio de um lado e do outro da avenida. A avenida era, portanto, constitutiva de capacidade de construção de um lado e do outro. O traçado calhava na traseira de moradias que são, como sabemos, o tipo de construção predominante em Santa Joana. Na altura, quando a Câmara fez esse esboço, um primeiro teve uma reação muito negativa porque iam uma data de casa abaixo, depois há um segundo desenho que já salvava quase todas as da primeira versão, havia o corte de apenas duas ou três, levou a uma acção da Câmara com a colaboração da Junta de Freguesia onde se recolheram assinaturas num documento muito pequenino, são duas páginas se a memória não me atraiçoa, em que as pessoas declaram a intenção de vir a entregar, a dar à Câmara uma parcela do seu terreno para passar a estrada em troca de uma capacidade construtiva. O que é um processo normal da vida, como é evidente; temos feito vários e hão-de fazer-se mais no futuro. Apenas o que a Câmara fez unicamente, aliás o texto é absolutamente claro, foi uma intenção. E depois o que é que se passa nos terrenos? Isto que ouvimos. Há quem não limpe, que deve ser a Câmara ou deve ser a Junta. Mas não é a Câmara, nem é a Junta, porque os terrenos são absolutamente privados. Nunca houve nenhuma alteração dessa condição de propriedade. Isto é muito importante porque este é um dossier muito complexo porque há equívocos, felizmente em muita pouca gente, porque a maior parte das pessoas que assinaram o documento tem consciência do que é que assinaram e há alguns que até se recusaram a assinar e têm consciência, ainda hoje, porque é que o não assinaram. Na revisão do PDM há uma discussão em aberto que é deixar a avenida ou não deixar a avenida e essa discussão tem que ser aprofundada e a conclusão tem que ser retirada.

A outra é um problema muito grave com as pessoas da família da D. Lurdes que foi um assunto que lhe esqueceu e que está relacionada com aquela casa quem sobe do Cais da Fonte Nova para a Estação, do lado esquerdo, um casa velha que está num estado de pré-ruína, com um grande matagal por trás, com enormes riscos, só que os seis herdeiros não se entendem, nem para limpar, nem para vender, nem para coisa nenhuma.

Só para esclarecer a Assembleia Municipal desta situação porque acho que é importante dado que a questão foi suscitada.”

Presidente da Mesa⁰⁵²

Brigite Martins (Munícipe)⁰⁵³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁴

“Dra. Brigitte, eu não vou responder-lhe com pormenor, vou responder a algumas matérias que entendo importantes e também, obviamente, para a honrar; é a minha obrigação. E faço-o, para além de cumprir a minha obrigação, com gosto.

Nós iniciámos um processo de trabalho com este grupo de cidadãos e com outros grupos de cidadãos, temos quatro frentes de trabalho a este nível e vamos continuar a desenvolver esse trabalho. Teremos sempre cronogramas referenciais, como citou, as datas que citou citou-as com correcção, foram essas. Mas quando se trabalha com cronogramas referenciais são isso mesmo, são cronogramas referenciais. Vocês decidiram há dias pôr a nossa reunião na praça pública com notas de conclusões. Foi uma decisão vossa que eu tenho que respeitar, ninguém pediu segredo na nossa reunião, esteve lá a Brigitte, estiveram lá mais duas ou três pessoas, não sei se estão aqui hoje.

Agora, assumimos um compromisso e honramos o nosso compromisso. Faltaram-nos, basicamente, duas peças. Uma peça foi a recolha de propostas de outras entidades com quem estamos a trabalhar, que já recebemos e estamos a trata-las. Nós não vamos fazer a campanha ou as acções deste grupo de cidadãos, nós vamos fazer as campanhas e as acções da Câmara Municipal de Aveiro para todos os cidadãos. O vosso contributo é muito útil mas nós entendemos também como muito úteis outros contributos. Ainda a semana passada uma das nossas associações formalmente constituída entregou uma candidatura ao programa municipal de apoio às associações nesta área específica com duas componentes, a componente de apoio à actividade regular e a componente de apoio ao investimento. Este é um processo que está em curso e em desenvolvimento conforme foi nosso compromisso. Esperávamos também por uma outra peça importante e que foi a peça que eu vos mandei no email desta semana e que é a proposta da Ordem dos Médicos Veterinários que assumiram um compromisso há dois meses de virem ajudar a gerir este problema, ajudar o país, e assumiram, na altura, que iam propor à ANMP um protocolo para ser validado pela ANMP e depois o poderem formalizar com os municípios que entendessem aderir. Esse documento chegou recentemente à ANMP e depois de ter chegado à ANMP começou ele próprio a ser enviado directamente, pela Ordem dos Médicos Veterinários, às Câmaras Municipais. Nós conhecemos o documento pelas minhas funções no Conselho Directivo da ANMP e, por outro lado, também o recebemos, na nossa Câmara, pela via directa do envio por email da Ordem dos Médicos Veterinários. O documento é extenso, não vou estar aqui a comentá-lo. Tem uma surpresa em relação àquilo que ouvimos da Ordem dos Médicos Veterinários, da primeira vez, há dois meses e que dizia que a Ordem vinha ajudar, vinha apoiar, vinha disponibilizar os seus recursos. Agora, isso é parcialmente assim, como está no texto, mas as câmaras têm que pagar o serviço. Eu não estou a falar de obrigações nenhuma. Estou a dizer que nas outras declarações e na carta que a Ordem enviou à ANMP, que não é pública, aquilo que a Ordem dos Médicos Veterinários assumia dava a entender, podemos todos, na ANMP, ter interpretado mal porque isto do português dá sempre azo a interpretações, que esse apoio dos veterinários inscritos na Ordem que aderissem livremente, a Ordem não manda nos seus associados, como é evidente, não teria custos, era uma participação social. Vimos agora nesta proposta que afinal tem custos; podemos achar altos, baixos, é discutível. Eu achei custos, para aquilo que está em causa, aceitáveis em relação aos preços do mercado, acho que são preços normais. Agora, estamos a trabalhar a dois níveis. Um que também vos escrevi no email para que o Conselho Directivo da ANMP valide, faça propostas de alterações, acorde com a Ordem dos Médicos Veterinários um protocolo. Nós dissemos à Ordem que achávamos interessante a ideia e que estávamos disponíveis para negociar o protocolo. Validado o protocolo pela ANMP, é assim que é normal, os Municípios que bem quiserem formalização aquele conjunto de medidas que o protocolo propõe com a Ordem dos Médicos Veterinários. Isto foi um episódio que nós achamos importante para termos uma outra ferramenta de trabalho e que queremos levar a bom porto.

Dar nota também que a Câmara de Aveiro não está a incumprir coisa nenhuma. Ainda esta semana, na abertura do Congresso da Região de Aveiro, na passada quarta-feira, eu próprio e em nome dos onze municípios da Região, na presença do Sr. Ministro Eduardo Cabrita que veio representar o Governo, num dos parágrafos do meu discurso que vos posso facultar, solicitei ao Sr. Ministro para que o Governo fosse diligente a cumprir as suas obrigações pela sua própria Lei e Portaria para acabar o estudo de caracterização e as definições de investimento. Como sabeis, na Lei quem manda nessa matéria é o Governo; depois as Câmaras são chamadas, nos termos da Lei, a executar aquilo que o Governo planear. Nós ainda não temos esse planeamento, nem a caracterização está

sequer feita. Já está começada, temos essa informação, mas terminada não está. Nós, Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, também já vos disse isso, repito, estamos a ultimar os termos de referência do concurso do projecto de execução. É evidente que preferíamos fazê-lo quando tivéssemos o trabalho do Governo terminado mas já percebemos que o trabalho do Governo pode demorar muito tempo. Portanto, decidimos avançar numa lógica que assumiremos como fase I, mesmo que o Governo venha a dizer que o canil para o nosso Município ou para o nosso conjunto de Municípios tenha que ter algo a mais em termos de capacidade. Estamos a gerir de forma a que o que vamos fazer seja sempre uma boa peça daquilo eu teremos a obrigação de fazer nas definições da Lei.

E dizer-lha a outra questão. O Sr. Ministro nem sequer me respondeu, respondeu-me a outras coisa que eu coloquei no discurso, mas àquela não respondeu. E não respondeu porquê? Por um motivo simples. É que o Sr. Ministro não tem resposta. O Governo meteu-se num trabalho muito complicado, está a ter dificuldade em fazê-lo, e ainda não se meteu na outra parte que é o financiamento de tudo isto.

Este trabalho está a decorrer, nós queremos prosseguir o nosso trabalho com o vosso contributo, desde que a ambiência de todos seja essa. Naquela tarde em que marcámos a reunião convosco temos outras reuniões marcadas com outros grupos de cidadãos para fecharmos um plano, nós não vamos ter quatro planos, nós vamos ter um plano que queremos enriquecido com os contributos que já recebemos, o vosso e os outros, das pessoas que se disponibilizaram para este trabalho; espero que esse nosso plano seja consensualizado entre todos e iniciemos um trabalho planificado de investimento nas várias componentes, aquelas que já podemos avançar e algumas outras que ainda não podemos avançar mas que têm actos preparatórios para fazer reflectir, nomeadamente a dimensão do canil, a sua futura gestão, etc. É nesta maneira que nós estamos a trabalhar.

Há um problema, e com isto termino Sr. Presidente, o problema da Direcção-Geral de Veterinária e o problema dos veterinários. Nós recebemos a solicitação que referenciou. O nosso veterinário tomou a sua posição porque nós não mandamos no nosso veterinário, e ele disse à Direcção-Geral de Veterinária, que é quem manda mais nele, nós mandamos assim um bocadinho mas eles mandam muito mais, que não estava disponível para fazer aquele trabalho. Nós indicámos o local formalmente a quem de direito para que a tal campanha que referenciou possa ser executada. Agora, também é preciso que tenhamos consciência que o país tem um problema grave para resolver nesta matéria e que é o problema da gestão dos médicos veterinários municipais, também já vos falámos nisto, que é um problema grave e que ninguém resolve porque as câmaras não mandam nos médicos veterinários municipais. Isto tem que ser resolvido, é uma luta antiga da Associação Nacional de Municípios Portugueses mas que continua a não ser alterada por quem tem que alterar as leis e que, obviamente, são o Governo e a Assembleia da República.

Dar-vos este reiterar da solução de compromisso. Por isso fizemos a comunicação que fizemos, estamos quase a ter a junção destas peças. Referenciei-vos também que o próximo Conselho Directivo agendada esta matéria no que respeita ao protocolo com a Ordem dos Médicos Veterinários. Nós queremos seguir com este trabalho, com abrangência das várias propostas. Quando li esta proposta que chegou a semana passada achei que a caracterização da parte do investimento está muito interessante mas sabem que não tem orçamento?

Reiterar o nosso compromisso de trabalho, não há problema nenhum em virem à Assembleia Municipal quando entenderem, como é evidente, mas nós seguiremos em reuniões convosco e com outros cidadãos e associações formalmente constituídas que

estão a trabalhar connosco para termos um plano capaz, credível, de fazermos muito melhor do que estamos a fazer na gestão desta matéria que, para todos nós, tem importância.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação da acta em minuta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação⁰⁵⁵ foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião da Sessão, informando que a continuidade da sessão será no próximo dia 29 de Junho.

Eram 00:30horas do dia 24 de Junho de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:00)